

# Relatório

QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE DOS  
SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS E  
SANEAMENTO



# **RELATÓRIO**

## **QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO**

### **RELATORES:**

**Mário Magalhães (PSD)**

**Altino Bessa (CDS-PP)**

**19-03-2012**

## ÍNDICE

REQUERIMENTO

SINTESE CONCLUSIVA DAS AUDIÇÕES

II.1 PONTO SITUAÇÃO DO SETOR

II.2 PRINCIPAIS PROBLEMAS

II.3 PROPOSTAS DE AÇÃO DAS ENTIDADES OUVIDAS

ANEXO A – RELATÓRIOS INDIVIDUALIZADOS DAS AUDIÇÕES

ANEXO B – APRESENTAÇÕES

ANEXO C – ESTUDO COMPLEMENTAR<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A apresentação de um estudo complementar relevante sobre “as condições económicas e de sustentabilidade do sector da água em Portugal” encomendado pela AEPSA, e também referido e utilizado por várias das entidades ouvidas.

## REQUERIMENTO

No dia 23 de Agosto de 2011, a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local apreciou o seguinte requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

*“A água é um dos bens mais essenciais à vida humana.*

*O seu abastecimento público e saneamento são exigências básicas e fundamentais em sociedades modernas.*

*Contudo, em defesa da disponibilidade desse próprio recurso natural, da condição económica e social dos respetivos consumidores e da viabilidade financeira do Estado e dos sistemas de prestadores dos serviços, é tão fundamental assegurar a provisão do serviço, quanto que essa provisão seja sustentável do ponto de vista ambiental, económico e social.*

*Assim, as políticas públicas devem procurar elevar os níveis de atendimento do abastecimento público de água e do saneamento básico, tanto quanto prosseguir a universalidade, continuidade, qualidade, eficiência e acessibilidade económica desses serviços.*

*Ora, está em vigor em Portugal o PEAASAR II (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013) que fixou metas ainda não cumpridas para o atendimento ao abastecimento público de água e saneamento de águas residuais.*

*Os atuais níveis de atendimento implicam que pelo menos 630 mil portugueses não tenham acesso a abastecimento de água, 2 milhões e 100 mil não tenham acesso a drenagem de águas residuais e mais de 3 milhões e 100 mil cujas águas residuais não são tratadas.*

*Ora o próprio PEAASAR II identificou a necessidade de, para o cumprimento das respetivas metas de atendimento, serem investidos pelo menos 3.800 milhões de euros nas vertentes “em alta” e “em baixa” dos sistemas de abastecimento e saneamento.*

*Contudo, este objetivo de reforço do atendimento dos serviços de águas surge em confronto com as crescentes preocupações com a falta de sustentabilidade económico-financeira do sistema de abastecimento de águas e saneamento em Portugal. Preocupações que se tornaram ainda mais dramáticas perante as dificuldades económico-financeiras de Portugal, os problemas de endividamento do Sector Público*

Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

*Empresarial e das autarquias locais e as obrigações a que Portugal está sujeito quer ao abrigo do “Memorando de Entendimento” celebrado com a UE, BCE e FMI quer ao abrigo da Diretiva-Quadro da Água.*

*Com efeito, nos últimos meses têm surgido informações particularmente preocupantes quanto à situação do sistema de abastecimento e saneamento de água e que, na legislatura anterior, foram objecto de especial atenção da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e do Poder Local da Assembleia da República.*

*Desde logo tem sido registada uma enorme disparidade entre as tarifas de água e saneamento pagas pelas populações residentes em diversos pontos do País. Há quem pague 5 e 6 vezes mais do que outros que pagam menos, ou nem sequer pagam por esses serviços.*

*As tarifas variam desde 0 ou abaixo de 0,20€/m<sup>3</sup> até mais de 1€/m<sup>3</sup>.*

*Esta discrepância afeta mais intensamente as populações do interior do País, já fustigadas por todos os demais “custos da interioridade”.*

*Paralelamente tem sido reconhecido que Portugal continua a apresentar valores inadmissivelmente elevados de “perdas de água” no sistema. Quando muitos países europeus andam abaixo dos 15%, Portugal apresenta valores acima dos 32% e que ultrapassa os 50% em algumas regiões.*

*Esta indesejável ineficiência aumenta os custos a suportar pelos consumidores, desperdiça recursos naturais e gera sobredimensionamento da rede que aumenta as necessidades de investimento.*

*Outra crítica frequente e que importa apreciar é a de que, por motivos diversos, o sistema português de abastecimento e saneamento tem partes sobredimensionadas, com a construção de capacidade ociosa desnecessária e que implica um significativo aumento (inútil) dos custos de construção e de exploração dos sistemas.*

*Ou seja, num cenário de recursos financeiros escassos não se está a gastar para servir populações que efetivamente precisam, para gastar demasiado e desnecessariamente com serviços que se bastavam com menos capacidade.*

*Outras vezes têm vindo a tornar público, faltas de renovação, reparação e manutenção das redes já existentes. Se é verdade que é fundamental investir na expansão da rede e equipamentos para servir as populações ainda não atendidas, por outro lado não se pode descurar o mínimo adequado de manutenção e renovação das redes e equipamentos que se vão deteriorando e que precisam de periódicas intervenções.*

*Reclama-se que, no caso das redes mais antigas, a falta de intervenções registada está a tornar as redes obsoletas e, em breve, eventualmente inutilizáveis.*

*Depois, e também na sequência de tudo isto, é a sustentabilidade financeira do sistema que parece estar em causa e ameaçado.*

*Entre as diversas soluções institucionais que se foram desenvolvendo para a prestação destes serviços, o Grupo Águas de Portugal alcançou um papel absolutamente dominante na prestação dos serviços, em ambas as vertentes da “alta” e da “baixa”.*

*Note-se que o endividamento do Grupo Águas de Portugal está a atingir valores alarmantes, lançando a dúvida sobre a sua capacidade para obter o financiamento para os investimentos em falta, sobre a eventual repercussão nas tarifas pagas pelo consumidor, ou mesmo sobre a sobrevivência do sistema ou de algumas das empresas pertencentes ao grupo Águas de Portugal.*

*Segundo as últimas contas disponíveis, o Grupo Águas de Portugal, incluindo as 44 empresas participadas, tem um passivo de mais de 5.200 milhões de euros.*

*A dívida bancária deste Grupo é de 2.547 milhões de euros, que é um valor que duplicou nos últimos quatro anos disponíveis (2005-2009).*

*A situação torna-se particularmente preocupante notando que nesse mesmo período o investimento anual diminuiu e que a dívida bancária atual é superior em mais de 10 vezes ao EBITDA/recursos libertos pelo Grupo Águas de Portugal.*

*São sinais preocupantes relativamente à saúde financeira do Grupo que com o reforço do endividamento bancário, este represente já 48% da estrutura de capital do Grupo e seja já de praticamente 5 vezes o valor dos capitais próprios da empresa, ao mesmo tempo que se registam variações negativas registadas nos indicadores Margem EBITA e Solvabilidade, o que representa uma redução da capacidade da empresa de gerar dinheiro e, uma maior dificuldade que a empresa tem para transformar os seus activos em capital para fazer face às suas responsabilidades.*

*Neste cenário têm-se repetido as notícias de empresas e entidades gestoras de sistemas de abastecimento e saneamento por todo o País que, por si ou por outros, se afirmam como estando “à beira do colapso financeiro”.*

*Ora, tal situação financeira dramática faz rezear quer pela sobrevivência de muitos dos sistemas e dos respetivos serviços, quer pela capacidade que as entidades gestoras têm para financiarem os investimentos que ainda são necessários para aumentar o atendimento às populações ou simplesmente fazer a manutenção e atualização das redes e equipamentos que se vão deteriorando.*

Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

*As dúvidas agravam-se perante a falta de transparência e reconhecimento contabilístico do défice tarifário que o sistema tem vindo a gerar.*

*Veja-se o que sucedeu no sector da electricidade, em que o mesmo tipo de comportamento levou à criação de um défice tarifário gigantesco que veio a explodir em claro prejuízo para os consumidores.*

*No caso do sector da água o primeiro grande problema é que o défice tarifário continua “escondido”, pelo que enquanto não for avaliado e reconhecido não poderá ser atacado.*

*Sobram, por isso, apenas estimativas feitas por instituições de investigação que já em 2007 apontavam para números acima dos 500 milhões de euros. Passados quatro anos, com a falta de cobertura de custos a agravar-se, é de temer que esse número possa ter aumento para valores astronómicos ou mesmo monstruosos.*

*Ora, dada a importância do bem Água, da condição de vida dos consumidores e dos recursos naturais e financeiros envolvidos, torna-se fundamental que o Parlamento possa esclarecer e debater os sinais preocupantes de insustentabilidade que vêm surgindo no Sector da Água.*

*Porque o PEAASAR II definiu não apenas metas de atendimento às populações, mas também de sustentabilidade financeira e ambiental dos sistemas e de justiça social nas condições tarifárias, torna-se essencial que a menos de 2 anos do final do período de execução daquele Plano, o Parlamento avalie em que medida a situação atual do sistema e do sector permitirá esperar o cumprimento das metas ou forçará a tomada de medidas adicionais ou excecionais.*

*Na legislatura passada a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local aprovou a realização de um conjunto de audições sobre estas matérias que foram interrompidas logo após a realização da primeira devido ao final antecipado da legislatura. Dado que o problema se mantém ou até se tem agravado, importa que o Parlamento não ignore o tema e realize efetivamente o debate público que se exige.*

*Atendendo ao exposto, e no sentido de promover um debate profundo sobre a sustentabilidade económica, social, ambiental e financeira do sistema de abastecimento e saneamento de água, bem como os respectivos níveis de qualidade, eficiência, atendimento e sobrecapacidade, vêm ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis os Deputados abaixo-assinados do Partido Social Democrata requerer a realização de um conjunto de audições a realizar na Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local às seguintes entidades:*

*- Conselho Directivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e de Resíduos, I.P.;*

*- Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.;*

## Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

- *Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios;*
- *Direcção da Associação Portuguesa das Empresas para o Sector do Ambiente;*
- *Conselho Directivo da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Água;*
- *Conselho Directivo da Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico.”*

O requerimento, apresentado pelo PSD, no sentido de “Promover um debate profundo sobre a sustentabilidade económica, social, ambiental e financeira do sistema de abastecimento e saneamento de água, bem como os respetivos níveis de qualidade, eficiência e sobrecapacidade” através da realização de um conjunto de audições a realizar em sede de CAOTPL, foi aprovado, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PCP e BE, abstenção do PS e ausência do PEV.

Foi ainda aprovado que os vários Grupos Parlamentares poderiam sugerir novas entidades/personalidades, e desta forma foram adicionadas à lista inicial as seguintes:

- Eng. José Veiga Frade - Diretor Adjunto e Chefe da Divisão de Água e Proteção do Ambiente do BEI (indicação GP/PS);
- Dr<sup>a</sup>. Catarina Albuquerque -Relatora Especial das Nações Unidas para o Direito Humano à Água (indicação GP/PS);
- Prof. Doutor Eng. Joaquim Poças Martins - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (indicação GP/PS);
- Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (indicação GP/PS);
- Instituto da Água (indicação GP/PS e GP/CDS-PP);
- Conselho Nacional da Água (indicação GP/PS e GP/CDS-PP);
- Parceria Portuguesa para a Água (indicação GP/CDS-PP).

Assim, durante os meses de Setembro a Novembro realizaram-se as referidas audições às entidades indicadas pelos diversos Grupos Parlamentares.

## SINTESE CONCLUSIVA DAS AUDIÇÕES

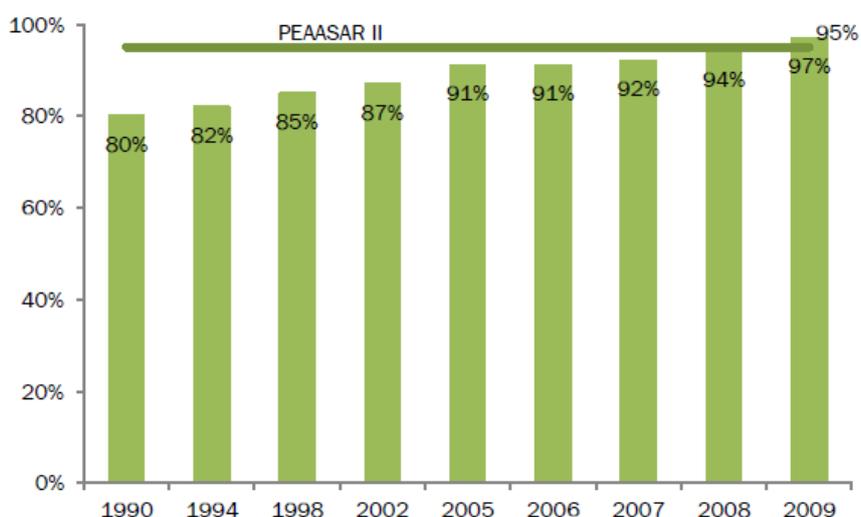
### II.1 PONTO SITUAÇÃO DO SETOR

#### A) EVOLUÇÃO MUITO POSITIVA NA QUALIDADE DE SERVIÇO E TAXA DE ATENDIMENTO:

A evolução positiva do setor de abastecimento de água e tratamento de águas residuais foi assinalável nas duas últimas décadas.

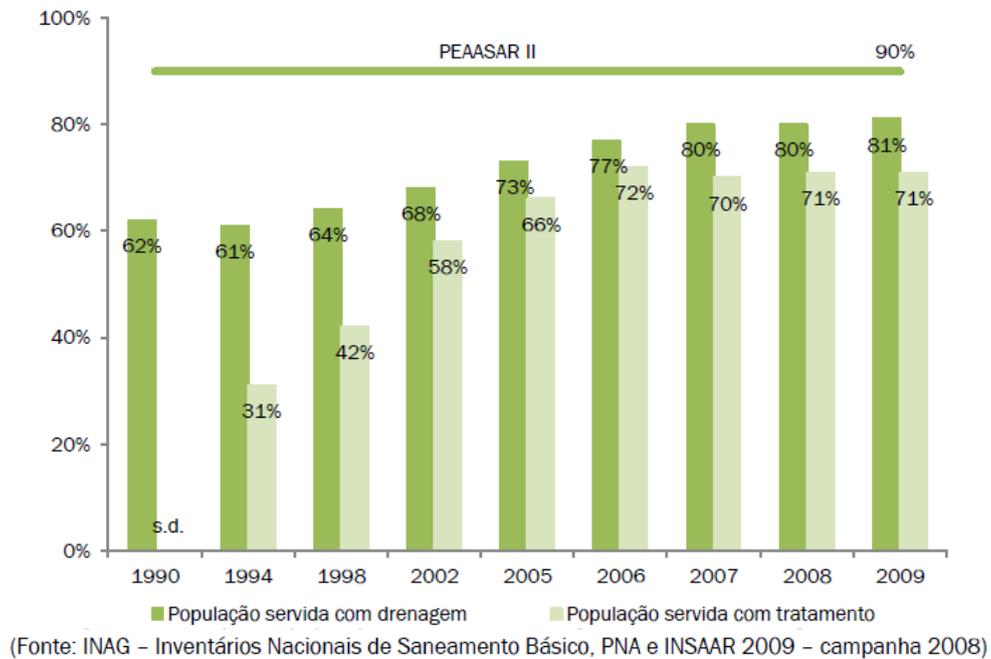
Registou-se uma sensível melhoria das taxas de atendimento e da qualidade e fiabilidade do abastecimento, em particular nos grandes centros urbanos e, por este facto, uma larga percentagem da população viu as suas condições de prestação de serviço muito melhoradas tendo-se atingido níveis de atendimento do país de 97% em água e 81% em saneamento.

De acordo com a informação disponível no último Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2010), o nível de atendimento em abastecimento público de água situava-se já em 2009 nos 97%, permitindo assim concluir, que o objetivo estabelecido no PEAASAR II nesta vertente se encontra alcançado.

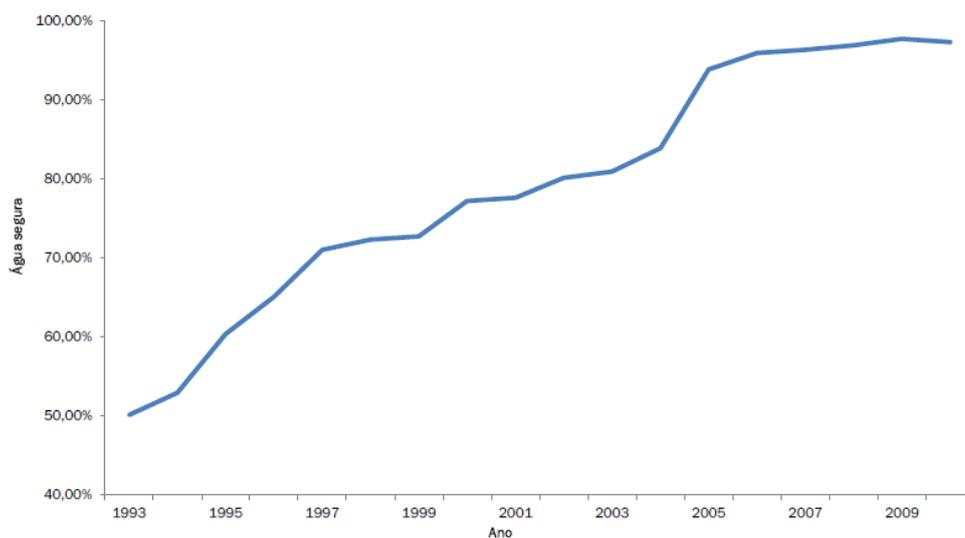


(Fonte: INAG – Inventários Nacionais de Saneamento Básico, PNA e INSAAR 2010 – campanha 2009)

Relativamente ao nível estimado de atendimento em drenagem de águas residuais e tratamento de águas residuais mantém os níveis alcançados em 2007, situando-se ainda bastante aquém do objetivo estabelecido no PEASAR II.



Os resultados verificados através do controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano de 2010 permitem assinalar a evolução verificada nesta vertente, e principalmente se tivermos em conta o seu ponto de partida em 1993, onde apenas cerca de 50% da água era controlada e tinha boa qualidade.



**B) ELEVADO NÚMERO E HETEROGENEIDADE DE OPERADORES E FORMAS DE GESTÃO:**

O setor de abastecimento de água e tratamento de águas residuais em Portugal continua a caracterizar-se por um elevado número e uma grande heterogeneidade de operadores. Coexistem múltiplos intervenientes de diferente natureza - estatais, municipais e privados - e múltiplas formas de gestão - sistemas multimunicipais, gestão municipal direta e gestão concessionada. Existem várias centenas de operadores espalhados por regiões com características totalmente diferentes em termos de concentração de população, de características geográficas e de acessibilidade económica.

Esta situação, e também uma atuação diferenciada na aplicação de investimentos e políticas públicas nas diversas regiões do País, conduziram a que, quer na qualidade quer no preço dos serviços de abastecimento e tratamento, se verifiquem situações totalmente díspares e por vezes socialmente contraditórias.

Esta pulverização e heterogeneidade do sector impedem a universalidade de soluções e condições dos serviços de águas. Apesar dos enormes investimentos das últimas décadas (milhares de milhões de euros) coexistem ainda regiões onde as taxas de atendimento em termos de abastecimento de água e de saneamento, assim como a qualidade de serviço, são excelentes, ombreando com os melhores padrões europeus, com regiões onde, em particular na área de saneamento, as taxas de atendimento são extremamente baixas ou mesmo inexistentes.

Com efeito, podemos verificar o número e heterogeneidade dos operadores e formas de gestão dos serviços pelo universo das entidades reguladas actualmente pela entidade reguladora (com a publicação da Lei Orgânica, através do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro, a ERSAR passou em 21 de Agosto de 2011 a regular um universo de 498 entidades gestoras):



O antigo IRAR, hoje ERSAR, desde a sua criação, tem vindo a sofrer alterações e evoluído na atividade regulatória neste sector. Com cerca de meia centena de entidades concessionárias em 2000, e em 2004 assumindo responsabilidades de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano para um universo de mais de 400 entidades gestoras, é a partir de 2009, com a red denominação para ERSAR, que são realmente reforçados os seus poderes e alargadas as atribuições de regulação, ao nível estrutural e comportamental, a todo o universo de, cerca de 500 entidades gestoras.

Assim, no atual contexto de reestruturação do sector com vista à sustentabilidade económico-financeira do sector, assim como reavaliação das estruturas de tarifas das empresas públicas, como constante no programa do Governo e no MOU da Troika, respetivamente, faz todo o sentido que neste momento a ERSAR, veja os seus estatutos jurídicos revistos evoluindo para uma autoridade reguladora independente, do poder político, com mais poder de intervenção, portanto, uma nova geração de regulação, com mais autonomia para interferir de forma efetiva no sector.

Esta nova configuração da ERSAR, permitirá e ajudará na melhoria das condições do sector: mais eficiência e equilíbrio; aumentar o grau de recuperação de custos dos sistemas; dotar a formulação das tarifas de critérios económico-financeiros, em detrimento de critérios políticos e preparar a entrada de privados na gestão dos serviços.

Sobre o novo estatuto, a ERSAR na qualidade de entidade reguladora independente, do poder político, deverá ter um papel relevante no acompanhamento do processo de reestruturação do sector, assim na recuperação de custos pelas entidades gestoras, na definição de regras na harmonização das tarifas, tendo por base o princípio do “utilizador-pagador” assim como dos pressupostos de base dos modelos económicos através dos quais são calculadas as tarifas.

Em suma um maior reforço de intervenção e de exigência junto de todas as entidades gestoras do sector das águas e resíduos ao nível de custos, eficiência, qualidade de serviços e modelo de reporting, assim como no acompanhamento e controlo das concessões a privados.

**C) DISPARIDADES ENTRE OS TARIFÁRIOS:**

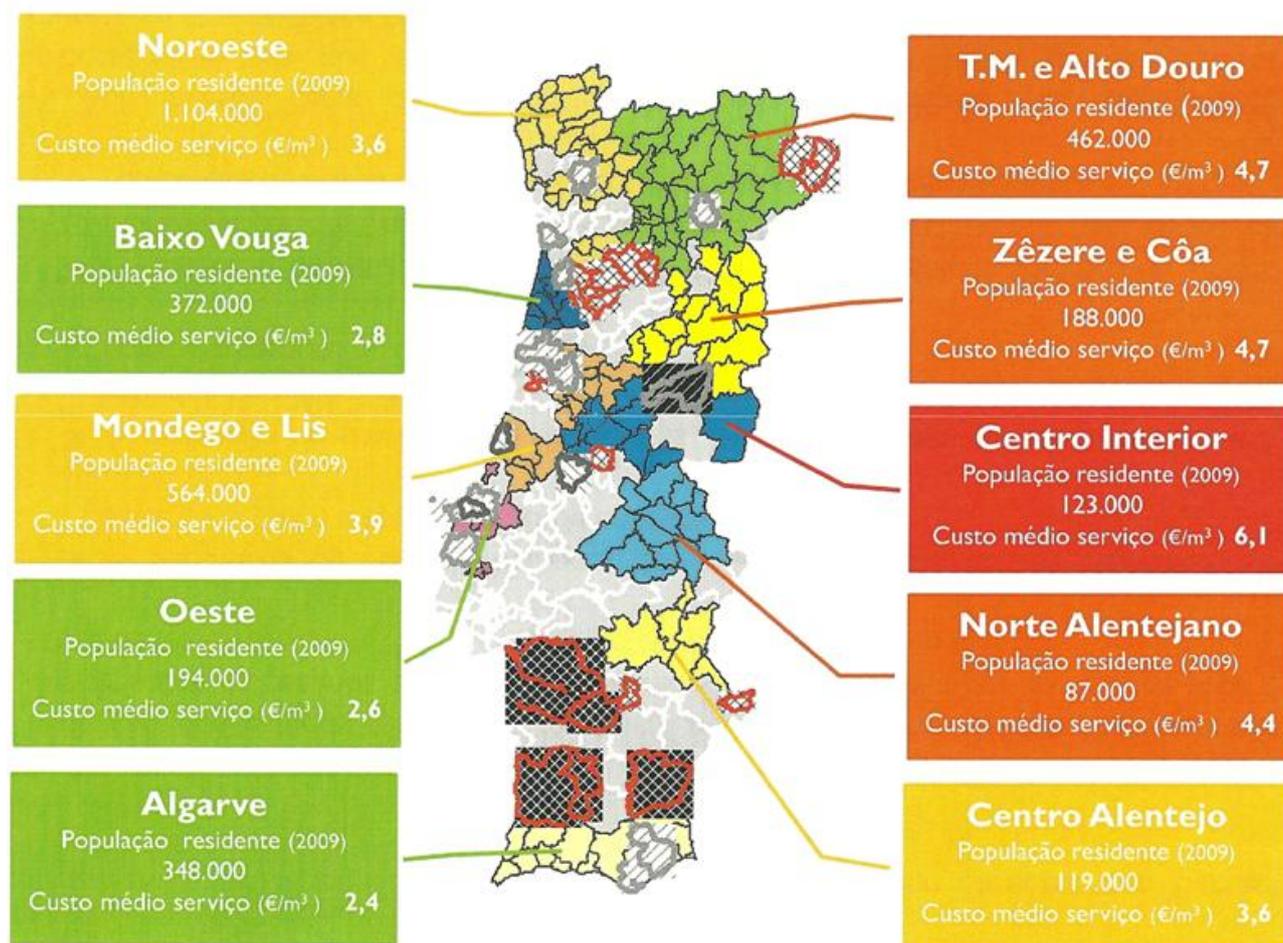
Nos tarifários dos serviços de águas que são aplicados verificam-se igualmente enormes diferenças, com tarifas que variam desde 1 para 3 nos sistemas multimunicipais em alta, a 1 para 34 nos sistemas municipais em baixa. Os sistemas multimunicipais apresentam as tarifas mais elevadas nos sistemas do interior, onde os rendimentos familiares são inferiores à média nacional e, de uma forma geral, é nestas mesmas regiões que as autarquias aplicam os preços mais baixos ao consumidor final.

Os serviços prestados pelo setor estão altamente subsidiados, pois grande parte das entidades gestoras não recupera os custos dos serviços prestados. Seis dos 18 sistemas multimunicipais aplicam tarifas inferiores às necessárias, e, nos sistemas municipais, o défice de recuperação de custos é generalizado, verificando-se casos extremos em que as autarquias apenas faturam uma pequena parte do custo real do serviço em alta, havendo mesmo situações em que o serviço não é sequer cobrado.

Se para o abastecimento de água a situação já é deficitária, com o crescimento das infraestruturas de saneamento o défice combinado tenderá a agravar-se, uma vez que, as tarifas em alta praticadas para o saneamento são em regra superiores às tarifas da água, enquanto, na sua generalidade os preços apresentados ao cliente final pelas entidades gestoras são para o saneamento mais baixos do que os preços praticados para a água.

A manter-se esta situação a sustentabilidade do setor como um todo está comprometida, pois cerca de 700 milhões de euros por ano não estão a ser recuperados pelas autarquias sendo suportados pelos orçamentos municipais e, no grupo Águas de Portugal, o défice tarifário acumulado atinge já 300 milhões de euros.

Existe, portanto, um elevado nível de subsidiação pago aos consumidores dos serviços de águas, pelos contribuintes (por via dos orçamentos municipais e eventualmente do Orçamento de Estado caso este venha a ter que aportar capitais para cobrir défices).



#### D) SISTEMAS MULTIMUNICIPAIS DE PRIMEIRA GERAÇÃO:

Com os Decretos-Lei nº 372/93 e nº 379/93, possibilitou-se, por um lado, a participação de capitais privados, embora sob a forma de concessão, a empresas intervenientes nestes sectores, e no segundo caso, a distinção “entre sistemas multimunicipais e municipais, considerando os primeiros como os sistemas em «alta» (a montante da distribuição de água ou a jusante da coleta de esgotos e sistemas de tratamento de resíduos sólidos), de importância estratégica, que abrangem a área de pelo menos dois municípios e exijam um investimento predominante do Estado, e os segundos todos os restantes, independentemente de a sua gestão poder ser municipal ou intermunicipal”

Os Sistemas Multimunicipais de primeira geração não integraram a baixa e concentraram-se fundamentalmente no litoral abrangendo um reduzido número de atores (5 Sistemas Multimunicipais e 50 Câmaras Municipais), atingindo uma grande percentagem da população mas apenas uma pequena parte do território.

Objeto de avultados apoios comunitários no 1º e 2º Quadro Comunitário de Apoio, os Sistemas Multimunicipais de 1995 tinham soluções técnicas adequadas assim como dimensão e economia de escala que permitiram aumentar as taxas de atendimento, melhorar a qualidade de serviço e passar a assegurar a fiabilidade e a continuidade do abastecimento.

As trajetórias tarifárias inicialmente negociadas foram cumpridas e os sistemas de 1995 atingiram os seus objetivos permitindo em alguns casos, suprir carências estruturais de abastecimento que provocavam recorrentes faltas de água.

Contudo, a política então seguida de atuação prioritária nos grandes centros urbanos do litoral e com modelos contratuais relativamente fechados, se bem que compreensível face às carências então existentes, viria a condicionar o desenho dos posteriores Sistemas Multimunicipais dificultando economias de escala e prejudicando as tarifas.

#### **E) SISTEMAS MULTIMUNICIPAIS DE SEGUNDA GERAÇÃO:**

Impulsionado pelo sucesso dos primeiros Sistemas Multimunicipais, pelo acentuar das debilidades do interior e no intuito de percussão das metas estabelecidas pelo PEAASAR, de atendimento com sistemas públicos de 95% para a água e de 90% para o saneamento, o Governo criou através do Grupo AdP, entre 2000 e 2003, os chamados Sistemas Multimunicipais de segunda geração que replicaram, de um modo geral, em Trás-os-Montes, Beira Interior e Alentejo os modelos e as soluções implementados no litoral.

Contudo, ao avançar-se com estes novos sistemas para regiões de baixa densidade, população e aglomerados dispersos, não foi devidamente ponderado que, mesmo sendo a solução técnica implementada a mais adequada, o custo do serviço seria obrigatoriamente muito superior ao praticado no litoral; não foram também devidamente acauteladas as repercussões sociais e de sustentabilidade dos sistemas que esta situação – 1 País 2 níveis tarifários – iria provocar.

Acresce que algumas situações de planeamento inadequado e projeções de populações, caudais e receitas (que afinal não se vieram a verificar), acentuaram o fosso tarifário entre o litoral/interior nos Sistemas Municipais.

Este fator é hoje reconhecido como um dos mais sérios problemas que se verifica no setor.

De um modo geral, é nas regiões interiores onde os Sistemas Multimunicipais praticam tarifas de alta mais elevadas, que se localizam as populações de menor rendimento e as câmaras municipais financeiramente

mais débeis. É também aqui que os sistemas de baixa predominantemente em gestão direta ou municipalizada estão mais degradados, têm gestão técnica menos qualificada e apresentam maior número de perdas e afluências indevidas.

Assim, além do efeito da elevada tarifa de alta, a taxa de perdas na rede de água e de afluências indevidas à rede de saneamento agrava muito o custo real do serviço da alta.

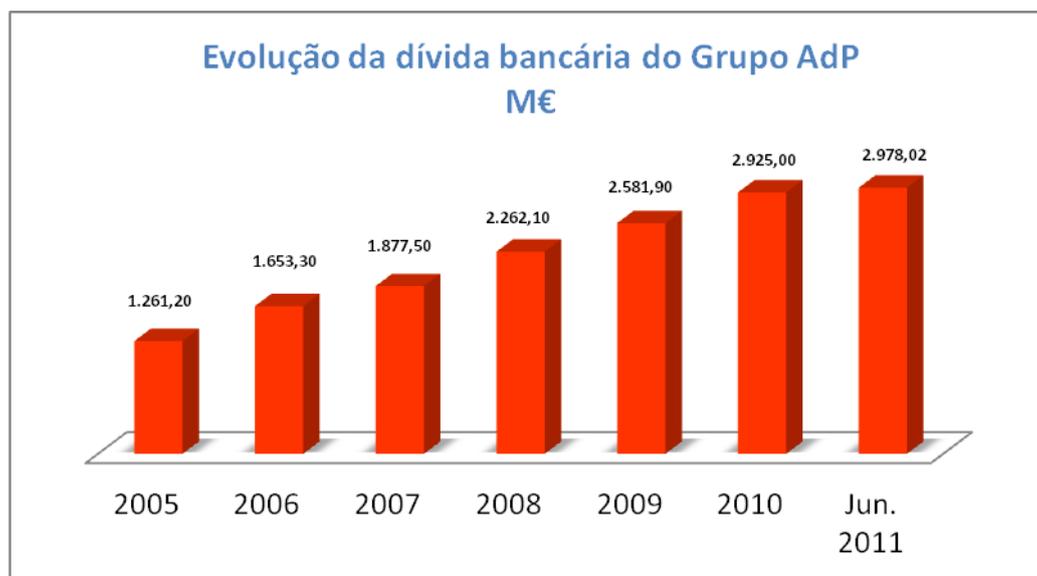
Se este custo real fosse integralmente repercutido no consumidor final, a tarifa cobrada ascenderia a valores incomportáveis que os municípios têm grandes dificuldades em impor; como tal, vem-se agravando continuamente o défice de recuperação de custos atrás mencionado.

### F) GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

A estrutura de participações sociais da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. apresentava de acordo com o Relatório e Contas de 31 de Dezembro de 2010, a seguinte composição:



A Estrutura de Financiamento da empresa de acordo com os objetivos traçados nos planos estratégicos sectoriais para os sectores da água e resíduos tem conduzido a um reforço do endividamento bancário, representando este 49% da estrutura de capital do Grupo AdP (Relatório e Contas de Junho/2011).



	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Empréstimos não correntes	2.377.273.935	2.416.057.836
Empréstimos correntes	600.751.204	509.375.118
Disponibilidades	(317.760.272)	(478.840.367)
<b>Dívida</b>	<b>2.660.264.867</b>	<b>2.446.592.587</b>
Subsídios ao investimento	1.868.522.377	1.842.471.849
Total do capital próprio	955.902.107	928.470.145
<b>Capital</b>	<b>5.484.689.351</b>	<b>5.217.534.582</b>
<b>Dívida/total do capital</b>	<b>0,49</b>	<b>0,47</b>

A componente de financiamento de médio e longo prazo passou de 70% em 2008 para 79% em 2009 e situava-se nos 86%, em Junho de 2011, do total do endividamento bancário do Grupo.

Quanto aos empréstimos bancários por maturidade a situação é a seguinte:

	30.06.2011	31.12.2010
<b>Não correntes</b>		
Empréstimos bancários – BEI	1.679.460.935	1.606.082.801
Empréstimos bancários – banca comercial	-	-
Empréstimos obrigacionistas	500.000.000	500.000.000
Outros empréstimos bancários	175.232.314	285.644.937
<b>Correntes</b>		
Empréstimos bancários	377.970.433	327.884.637
	<b>2.732.663.682</b>	<b>2.719.612.375</b>
<b>Por maturidade</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Até 1 ano	377.970.433	327.884.636
De 1 a 2 anos	64.936.027	58.346.922
De 2 a 3 anos	81.137.095	60.907.258
De 3 a 4 anos	65.823.153	82.180.803
De 4 a 5 anos	72.163.974	63.376.424
Superior a 5 anos	2.070.633.001	2.126.916.332
	<b>2.732.663.682</b>	<b>2.719.612.375</b>

A situação é, portanto, de uma elevada dívida bancária, cujo montante tem evoluído em continuo aumento a médio e longo prazo, por contraposição a uma diminuição registada na dívida a curto prazo. Na prática pode tratar-se de uma transferência das exigências a curto prazo para médio e longo. Globalmente, porém, existe um significativo aumento da dívida total.

Também no que respeita ao Desvio Tarifário registou-se um agravamento nos primeiros 6 meses do ano de 2011.

	30.06.2011	31.12.2010
Desvio tarifário bruto – activo	348.243.282	310.762.868
Desvio tarifário bruto – passivo	(145.529.589)	(135.317.264)
<b>Desvio líquido</b>	<b>202.713.693</b>	<b>175.445.604</b>

Registo também para as dívidas dos municípios ao Grupo AdP que em Junho de 2011 se situavam nos 325 M€, o que representa um agravamento de 70 M€ em apenas 6 meses.

De acordo com as informações transmitidas pelo último Presidente do Grupo (Eng<sup>o</sup> Pedro Serra) durante a audição parlamentar em meados de Outubro, esse valor teria já então aumentado, situando-se próximo dos 400 M €.

	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Clientes Municípios não correntes</b>		
Clientes Municípios - Acordos	30.666.698	21.337.122
Clientes Municípios - Injunções	15.701.157	13.768.643
Clientes Municípios - Outros	4.452.516	-
	<b>50.820.371</b>	<b>35.105.765</b>
<b>Clientes Municípios correntes</b>		
Clientes Municípios - TRH	2.264.019	2.987.946
Clientes Municípios - Acordos	27.074.127	22.559.956
Clientes Municípios - Injunções	21.458.267	24.057.585
Clientes Municípios - Outros	211.006.469	159.385.048
	<b>261.802.881</b>	<b>208.990.535</b>
Clientes Municípios cobrança duvidosa	4.884.378	4.407.108
Perdas por imparidade - Municípios	(4.864.117)	(4.386.847)
	<b>20.261</b>	<b>20.261</b>
Clientes Municípios Juros de Mora	12.952.428	10.179.019
	<b>12.952.428</b>	<b>10.179.019</b>
	<b>325.595.942</b>	<b>254.295.580</b>

O Grupo Águas de Portugal, veículo estatal para as políticas de água e saneamento sofre neste momento o impacto dos sistemas de segunda geração que absorveram mais recursos que os previstos e geraram menos receitas que o esperado. Seis dos dezoito sistemas multimunicipais apresentam situação financeira preocupante.

São necessárias medidas imediatas que invertam o círculo vicioso que está a arrastar o grupo para a insustentabilidade.



As dívidas das autarquias ao Grupo AdP, próximas dos 400M€, resultam numa situação insustentável e injustificada na medida em que o serviço continua a ser prestado e faturado ao consumidor.



A compatibilização dos défices tarifários como proveitos, que se tem vindo a agravar e que representa já 5,1% do volume de negócios do Grupo, é também uma situação preocupante porque não é evidente a forma como será efetuada a sua total recuperação.

#### **G) SITUAÇÃO NOS SISTEMAS DE BAIXA**

A falta de integração Alta e Baixa é um dos fatores responsáveis pela deficiência e ineficiência do sistema. O facto de a gestão da alta e baixa estarem entregues a entidades gestoras diferentes tem dificultado a coordenação entre os dois segmentos.

Na área de coordenação alta/baixa o insucesso foi enorme. Em vários casos as projeções de evolução populacional e dos consumos que fundamentaram os sistemas de alta, vieram a mostrar-se desajustadas da realidade, conduzindo por vezes ao sobredimensionamento do sistema. Acresce que em muitas situações os investimentos previstos para a construção da rede de baixa pelas autarquias não se vieram a verificar agravando assim a subutilização destes sistemas de alta

Também na baixa vários sistemas ocorreram fenómenos que implicaram um sobredimensionamento ou desajustamento (por excesso) estimativas de consumo: nível de ligações inferior ao previsto, receitas que não se vieram a verificar, renitência na adesão ao serviço nas zonas do interior face a existência de soluções individualizadas.

Este fenómeno ocorreu também em sistemas em baixa concessionados a privados. Veja-se, por exemplo, que nas 29 concessões privadas existentes em 2010 já se tinham verificado 16 renegociações dos contratos de concessão, motivados pela necessidade de melhorar as condições financeiras e de exploração das mesmas.

## Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

Com a exceção da ADRA, o desenho dos sistemas de baixa é o mesmo de há 20 anos, ou seja, persistem inúmeras entidades gestoras que não são, nem nunca serão viáveis, se não forem integradas e geridas num sistema de maior dimensão. A falta de dimensão e escala dos sistemas causa perdas de eficiência, que se verificam designadamente ao nível da gestão operacional, e dos enormes níveis de perdas e afluências indevidas registados.

## **II.2 PRINCIPAIS PROBLEMAS**

Ao longo das audições os intervenientes apontaram diversos problemas que constituem oportunidades de melhoria dos serviços de água em Portugal. É possível sintetizar e agrupar os seguintes problemas principais:

### **A) INCUMPRIMENTO DAS METAS PARA O ATENDIMENTO DE SANEAMENTO DAS ÁGUAS RESIDUAIS**

A taxa de atendimento dos serviços de saneamento de águas residuais é significativamente inferior às metas previstas no PEASAAR: o desvio nos serviços de saneamento geral é de 9%, e no serviço com tratamento o desvio é de 19% relativamente às metas definidas para 2012.

Ora, dado o ponto de situação da execução dos investimentos em curso e a reduzida capacidade financeira para investimento disponível no País, está claramente em causa a possibilidade de cumprimento das metas estabelecidas no PEASAAR. Por outro lado, é muito discutível que do ponto de vista do custo/benefício fizesse sentido realizar os investimentos necessários ao atingimento das metas previstas no PEASAAR para o saneamento de águas residuais.

### **B) AUSÊNCIA DE DIMENSÃO E DE ESCALA**

A profusão e pulverização de entidades gestoras, quer em alta quer em baixa, criam um panorama caracterizado pela insuficiente dimensão dos sistemas e pelo desperdício de potenciais economias de escala, gama e processo. A consequência é um significativo desperdício de recursos e de ganhos de eficiência.

### **C) DISPARIDADE TARIFÁRIA LITORAL/INTERIOR**

A disparidade tarifária verificada sobretudo entre os sistemas do litoral e do interior é um problema de coesão territorial e de justiça social.

A diferença tarifária paga pelos consumidores dos serviços de água resulta quer de diferenças nos custos dos serviços, quer na diferença das opções tarifárias das entidades gestoras.

Assim, a imposição de uma cobertura integral de custos implicará só por si grandes diferenças tarifárias, visto que os custos de prestação dos serviços de água são significativamente maior no interior do país do que no litoral. Assim sucede quer pelo custo do serviço que é agravado pela extensão territorial e pelas características geo-morfológicas, quer pela muito menor densidade populacional.

Mas, as disparidades tarifárias resultam muitas vezes de opções das entidades gestoras, sobretudo quando optam por subsidiar total ou parcialmente os serviços de águas.

Qualquer que seja a causa, a disparidade tarifária é muito preocupante da perspectiva da coesão territorial e da justiça social.

É que esta disparidade afecta sobretudo os sistemas do interior e assim, aumentando ainda mais os custos relativos de viver e trabalhar no interior do país, e afectando populações e empresas que registam níveis de rendimento e capacidade económica historicamente mais baixos.

#### **D) AUSÊNCIA DE RECUPERAÇÃO INTEGRAL DE CUSTOS PELAS TARIFAS**

Uma expressiva maioria de entidades gestoras, em particular as entidades municipais responsáveis por redes de baixa, não recuperam através das tarifas a totalidades dos custos incorridos na prestação dos serviços.

A não recuperação integral dos custos obriga à subsidiação dos serviços pelos contribuintes, induzindo irracionalidade no sistema. Por outro lado, a recuperação integral de custos através das tarifas é uma orientação da Diretiva-Quadro da Água.

Num cenário de ajustamento em baixa dos orçamentos de Estado e municipais, esta situação vai levar à sustentabilidade dos sistemas. Tal fenómeno tem já ocorrido com muitas autarquias, que perante as reduções das transferências do Orçamento de Estado e a imposição da diminuição do seu endividamento têm deixado de pagar as tarifas da alta.

Outra consequência preocupante desta situação é a indisponibilidade de fundos para aplicar na manutenção e renovação das redes mais antigas. A falta de atempada manutenção e renovação é grave na medida em que, no curto prazo amplia as perdas de água e desperdícios e, no longo prazo, aumenta os custos de reparação e as necessidades de novos investimentos de raiz.

#### **E) INEFICIÊNCIAS E PERDAS NA OPERAÇÃO DOS SISTEMAS**

Foram identificadas situações relevantes de ineficiência e perdas nos sistemas que decorrem de factores como: sobredimensionamento de redes, desarticulação entre sistemas de alta e de baixa, elevados níveis de perdas de água em vários sistemas e desaproveitamento dos potenciais ganhos com eficiência energética.

Em particular no que se refere ao controlo de perdas a situação tem evoluído positivamente, de acordo com os dados do INSAAR para o ano 2009, as perdas nos sistemas de abastecimento (entre captação e distribuição) situa-se nos 25%.

#### **F) AUMENTO DO RISCO E DA DEGRADAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

A situação financeira do Grupo Águas de Portugal apresenta quatro problemas essenciais:

- 1)** O nível de endividamento do Grupo Águas de Portugal é muito elevado e tem crescido significativamente. Os rácios de solvabilidade também têm tido uma evolução negativa. Esta situação é particularmente preocupante devido ao risco de aumento dos juros e à situação económico-financeira do País;
- 2)** A situação económico-financeira muito grave em que se encontram algumas das sociedades do Grupo AdP. Em situação de falência técnica encontram-se já as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, Águas do Norte Alentejano e a SimLis. A caminho dessa situação estão as Água do Centro Alentejo e as Águas do Zêzere e Côa, apesar de neste ultimo caso, a empresa já sido alvo de recapitalização;
- 3)** Agravamento crescente das dívidas dos municípios ao Grupo AdP, em Junho de 2011 situavam-se nos 325 M€, o que confirma a tendência de agravamento neste particular, mesmo tendo em conta que o valor das Injunções colocadas em tribunal ascende a 58 milhões de euros, importará encontrar uma solução conjunta, que por um lado permita às autarquias honrar os seus compromissos e por outro garanta a Agravamento crescente da dívida dos municípios às sociedades do Grupo Águas de Portugal. As dívidas dos municípios ao Grupo AdP, em Junho de 2011 situavam-se nos 325 M€, o que confirma a tendência de agravamento neste particular, mesmo tendo em conta que o valor das Injunções colocadas em tribunal ascende a 58 milhões de euros. Esta situação é particularmente grave na medida em que os municípios são os principais clientes do Grupo AdP. Por outro lado, este risco adensa-se perante as perspectivas financeiras difíceis dos municípios, em particular devido às obrigações de ajustamento financeiro a que estão sujeitos;

**4)** Incapacidade financeira para realizar significativos investimentos. Apesar de as metas de atendimento assumidas exigirem ainda a realização de avultados investimentos, o Grupo AdP parece ter poucas possibilidades de – na situação actual – assumir tal execução. Com efeito, o acesso a financiamento bancário adicional não deverá ser significativo, a disponibilidade de capitais próprios é escassa para a dimensão do desafio.

## II.3 PROPOSTAS DE AÇÃO DAS ENTIDADES OUIDAS

O conjunto de audições realizadas demonstrou a necessidade de introduzir profundas melhorias e alterações em matéria de serviços de águas. As diversas entidades apontaram diferentes soluções, várias delas coincidentes.

Elencam-se abaixo as principais propostas de ação indicadas pelas entidades intervenientes nas audições, com referência à autoria de cada uma:

### REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA

- I. Racionalização por via de consolidação horizontal dos sistemas, em conjuntos de maior dimensão, eventualmente integrando:
  - a) Na alta, agrupar os sistemas das regiões do litoral e do interior;
  - b) Na baixa, agrupar sistemas contíguos;
  - c) Agrupar os serviços de água e saneamento.

**(ERSAR, CNA, APAD, APESB, AEPSA e ANMP);**

- II. Verticalização da alta e da baixa dos sistemas.

**(AEPSA, PPA, Eng.º Veiga Frade);**

- III. Relativamente à titularidade e gestão dos serviços e do Grupo AdP:

1. A maioria das entidades afirmou-se neutral relativamente à privatização de ambos; o **CNA** admitiu uma possível privatização dos serviços em 2 eixos: a exploração, com pequenas extensões de investimento e as componentes acessórias da AdP;
2. Foi admitida a concessão a privados da gestão de serviços **(AEPSA)**;
3. O ciclo urbano da água deverá ficar sob a responsabilidade da mesma entidade: AA, AR, Águas Pluviais **(Prof. Doutor Eng.º Joaquim Poças Martins)**.

- IV. Revisão dos prazos de concessão de alguns contratos de concessão. **(PPA e ANMP)**.

## **PLANEAMENTO DE INVESTIMENTOS**

- V. Revisão das metas do PEAASAR II em termos de taxas de atendimento, em particular quanto ao saneamento, tendo em conta os atuais níveis de atendimento já atingidos. **(INAG, APESB e AdP)**;
- VI. Nos espaços rurais e de montanha devem ser ponderadas soluções individuais descentralizadas, sem ligação ao conjunto da rede. **(APAD, APESB)**.

## **TARIFAS E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS SERVIÇOS**

- VII. Assegurar a recuperação integral dos custos dos serviços **(ERSAR, APAD, AdP, INAG e APRH)**;
- VIII. Défice tarifário crescente no setor. **(Prof. Doutor Eng.º Joaquim Poças Martins e PPA)**;
- IX. Relativamente à harmonização tarifária:
  - a) As entidades recusaram uniformidade nacional;
  - b) Várias entidades defenderam a harmonização tarifária por via da consolidação entre sistemas do litoral e interior **(APDA, APESB ANMP e AEPSA)**;
  - c) Fundo de equilíbrio tarifário como mecanismo de perequação entre tarifas de vários sistemas distintos. **(ANMP)**;
- X. Introdução de mecanismos de garantia de acessibilidade económica **(ERSAR)**; que apoiem os indivíduos mais vulneráveis e não os sistemas. **(Eng.º José Veiga Frade e APRH)**;
- XI. Outras soluções para a sustentabilidade dos sistemas: otimização dos custos; procura da dimensão ótima dos sistemas e equipamentos; eficiência dos sistemas, designadamente pelo controlo níveis de perdas; aposta na eficiência energética e na eficiência do consumo (importância do “Plano Nacional do uso eficiente da Água”). **(INAG, CNA e Eng.º José Veiga Frade)**.

## **ANEXO A – RELATÓRIOS INDIVIDUALIZADOS DAS AUDIÇÕES**

## Audições em Comissão

**Assunto:** Sobre a qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento

N.º	Data	Entidade
1	27-09-2011	ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
2	12-10-2011	APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Água
3	12-10-2011	APESB - Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico
4	18-10-2011	AdP - Águas de Portugal, SA
5	25-10-2011	INAG - Instituto da Água
6	25-10-2011	CNA - Conselho Nacional da Água
7	02-11-2011	Engº José Veiga Frade
8	02-11-2011	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses
9	02-11-2011	Prof. Dr. Engº Joaquim Poças Martins
10	08-11-2011	Dra. Catarina Albuquerque
11	08-11-2011	AEPSA - Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente
12	15-11-2011	APRH - Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos
13	15-11-2011	PPA - Parceria Portuguesa para a Água

**Data: 27 de setembro de 2011**

## **Relatório de Audição**

---

**Entidade:** ERSAR, Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P.

Eng.º Jaime Melo Baptista, Presidente do Conselho Diretivo, e os Vogais, Dra. Maria Fernanda Maçãs e o Eng.º Carlos Lopes Pereira.

**Recebida por:** Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

**Assunto:** “Sustentabilidade dos Serviços de abastecimento da água e saneamento em Portugal – A perspetiva da ERSAR”

### **Intervenção**

**Inicial:** O Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Marques, Presidiu a audição, e começou por dar as boas-vindas aos representantes da entidade presente. Deu conta do objetivo da audição.

De seguida, deu a palavra a palavra aos convidados para uma intervenção.

**Síntese:** O Sr. Eng.º Jaime Melo Baptista fez uma apresentação sobre o título “Sustentabilidade dos Serviços de abastecimento da água e saneamento em Portugal – A perspetiva da ERSAR”, que foi disponibilizada por via eletrónica aos senhores Deputados e através da qual fundamentou em particular os seguinte pontos:

Setor muito complexo com cerca de 500 entidades estatais, municipais e privadas, com diferentes modelos de governo sobre as quais através da recente lei 277/2009 a ERSAR tem poderes regulatórios. Matriz altamente complexa em termos de heterogeneidade, dimensões e modelo de gestão.

Em termos de sustentabilidade social cerca de 97% da população tem acesso a abastecimento de água sendo que, 97% da água controlada é de boa qualidade e cumpre os padrões exigidos. No que se refere ao saneamento a taxa de cobertura

do serviço com tratamento de águas residuais é de 81%, inferior ao objetivo previsto no PEASAR.

O indicador de acessibilidade económica do serviço é de 0,5% que compara com as recomendações da OCDE e dos Estados Unidos que sugerem respetivamente valores inferiores a 3% e a 2,5%. A situação é pois bastante confortável mas com pressão de subida.

Em termos de sustentabilidade técnica há claramente uma evolução no bom sentido para as entidades que atualmente são objeto de regulação, verificando-se contudo situações de sobre utilização e subutilização de infraestruturas.

No que se refere à sustentabilidade ambiental, para as entidades atualmente reguladas, concessões, a situação tem evoluído positivamente no que se refere à taxa de perdas, eficiência energética, análises de águas residuais e comprimento dos parâmetros de descarga. A situação poderá contudo apresentar-se muito diferente nas novas entidades que entram este ano no ciclo regulatório.

No que concerne à sustentabilidade económica e financeira os sistemas estatais os sistemas do interior apresentam sinais preocupantes sendo que 5 precisam com urgência de reforço de capital.

Em alguns destes sistemas multimunicipais tem vindo a ser aprovadas tarifas abaixo das necessárias quer para a água quer para o saneamento. Deve pois ponderar-se se este diferencial deve ser corrigido apenas pelo aumento de tarifa ou reduzindo custos através de economias de escala, gama e processo e aumento da eficiência das entidades gestoras.

Nos sistemas municipais a dispersão tarifária é enorme, verificando-se ainda um baixo grau de recuperação de custos e uma elevada subsídio municipal. Face aos problemas atrás expostos a ERSAR recomenda a aplicação de medidas para:

- A. A conclusão da racionalização dos serviços de titularidade estatal;
- B. A racionalização dos serviços de titularidade municipal (agora sujeitos a regulação);
- C. Introdução de mecanismos de garantia de acessibilidade económica;
- D. O reforço da eficiência e da eficácia do sector.

O detalhe destas medidas foi exposto pelo interveniente e consta da apresentação distribuída.

**Intervenções:** O Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD), colocou diversas questões relativamente a assimetrias Regionais; sustentabilidade económica e financeira do sistema em alta e baixa; disparidade dos tarifários em alta e baixa (maior); aproveitamento dos fundos comunitários.

O Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) colocou diversas questões relativamente a medidas para a harmonização de tarifários; revisão do PEAASAR II; ERSAR está em condições, em termos de meios, ao alargamento das suas competências.

O Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) colocou diversas questões relativamente a redução ou não do número de entidades gestoras do sistema;

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) colocou diversas questões relativamente à privatização do Grupo AdP.

O Sr. Eng.º Jaime Melo Baptista usou da palavra para responder as diversas entidades, através dos respetivos representantes, usaram da palavra para responder às diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes.

O Senhor Vice-Presidente Deputado Fernando Marques, encerrou posteriormente os trabalhos, agradecendo as informações, documentação entregue e esclarecimentos prestados pelos convidados, bem como as questões colocadas pelos senhores Deputados Presentes.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

Link: [20110927](#)

**(Arquivo/comissões/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/20110927)**

**Data: 12 de outubro de 2011**

## **Relatório de Audição**

---

**Entidade:** **Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Água (APDA)**

Eng.º Rui Godinho, Presidente, estando também presentes: Eng.º Nelson Geada, Vice-presidente do Conselho Diretivo e Dr. Sérgio Hora Lopes, Presidente do Conselho Fiscal.

**Recebida por:** Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

**Assunto:** “Qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento”

### **Intervenção**

**Inicial:** O Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Marques, presidiu a audição, e começou por dar as boas-vindas aos membros da entidade presente, e deu conta do objetivo da audição.

Depois, deu a palavra ao Deputado Mário Magalhães (PSD) que apresentou o requerimento que serviu de base as audições.

De seguida, o Sr. Vice-Presidente deu a palavra à entidade convidada, para uma intervenção.

**Síntese:** O Sr. Eng.º Rui Godinho entregou aos senhores Deputados um livro sobre “Água e Saneamento em Portugal - O mercado e os preços” elaborado pela APDA, em 2010.

Seguidamente, o Sr. Eng.º Rui Godinho fez uma apresentação sobre esta temática, que foi disponibilizada por via eletrónica aos senhores Deputados e através da qual fundamentou a sua intervenção:

No sector coexistem entidades gestoras (EG): prósperas e financeiramente desequilibradas; bem e mal dimensionadas; eficientes e ineficientes; com custos muito diferentes para serviços idênticos; com práticas de recuperação de custos e

outras dependentes da subsidiação; com preços no consumidor acessíveis e outras com valores desproporcionados.

Os fatores que contribuíram para este panorama foram: os vultuosos investimentos realizados em poucos anos para superar atrasos; o esforço de investimento em regiões com condições adversas (com economias de escala mais difíceis e custos maiores), decorrendo daí os custos operacionais mais elevados e menores capacidades de gestão.

Isso implicou que alguns erros tivessem sido cometidos, como sejam:

- Planeamento inadequado;
- Sobredimensionamento de sistemas;
- Seleção de soluções pouco eficientes e criação de EG do mesmo tipo para realidades demográficas e socioeconómicas diferentes.

A complexa situação financeira do setor afeta operadores públicos e privados, modelos de gestão de administração direta ou indireta, entidades municipais ou multimunicipais.

Verifica-se uma grande quantidade de EG, onde um terço das mesmas tem menos de 5.000 clientes e apenas 7% tem mais de 50.000 clientes.

Um dos aspetos aludidos de falta de sustentabilidade de algumas EG é um problema de escala.

Relativamente aos preços da água temos que as EG que servem menos utentes são as que têm preços mais baixos e as que servem mais utentes são as que têm os preços mais altos.

O preço médio da água é de 0,741 €/m<sup>3</sup> para um consumo de 120m<sup>3</sup> e de 0,853 €/m<sup>3</sup> para um consumo de 200m<sup>3</sup>. Os preços de saneamento são mais baixos que os da água: às vezes metade ou menos de metade do preço da água.

A dispersão de tarifários constitui uma forte distorção na sua racionalidade, equidade e sustentabilidade. É necessário evoluir para uma harmonização tarifária.

As propostas para melhorar o sector são:

- a reorganização, particularmente na baixa, através da integração horizontal e aglomeração de vários municípios;
- prever soluções especiais para os espaços rurais e de montanha que têm de ser ponderadas e diferentes das dos espaços urbanos.

A grande diferença de preços que deveriam ser praticados, para recuperar os custos, nos sistemas do litoral e nos do interior, revela que as populações do interior devem ser compensadas porque não podem pagar as tarifas que cubram os custos. Sugere-se, assim, a criação de um Fundo de Equilíbrio Tarifário.

Em alternativa, não havendo esse Fundo, propõe-se a fusão de operadores do litoral e do interior, fazendo-se a perequação dentro de cada sistema e não ao nível nacional.

É necessário: racionalizar tarifas; reforçar a dependência e meios de funcionamento do regulador;

O detalhe intervenção efetuada consta da apresentação distribuída.

**Intervenções:** O Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS), colocou diversas questões relativamente a: cobertura dos custos; contributos da APDA; revisão do PEAASAR II; reutilização das águas residuais; Plano Nacional para o uso eficiente da água; peso da ERSAR; privatização da Empresa Aguas de Portugal.

O Senhor Deputado Maurício Marques (PSD) colocou diversas questões relativamente a: soluções para os investimentos realizados “em alta”; importância da escala; disparidade de tarifários; solução para as perdas; custos das entidades concessionadas.

O Senhor Deputado Artur Rego (CDS-PP) colocou diversas questões relativamente a: número de entidades gestoras; tarifas sociais; diferenciação de consumos; criação de empresas de gestão, absorvendo os pequenos municípios.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) colocou diversas questões relativamente a: suficiência dos fundos comunitários para aumentar atuais taxas de cobertura; existência de um fundo de equilíbrio tarifário; tarifas sociais; adequação da

legislação atual; privatização da AdP.

O Sr. Eng.º Rui Godinho usou da palavra para responder às diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes.

O Sr. Vice-Presidente da Comissão, encerrou posteriormente os trabalhos, agradecendo as informações, documentação entregue e esclarecimentos prestados pelos convidados, bem como as questões colocadas pelos senhores Deputados Presentes.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

Link: [20111012](#)

**(Arquivo/comissões/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/20111012)**

**Data: 12 de outubro de 2011**

## **Relatório de Audição**

---

**Entidade:** **APESB - Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental** (anteriormente designada Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico)

Prof. António Jorge Monteiro, Presidente APESB, Prof. António Carvalho Albuquerque, Vice-Presidente, e o Prof. José Saldanha Marques, Presidente Conselho fiscal.

**Recebida por:** Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

**Assunto:** “Qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento”

### **Intervenção**

**Inicial:** O Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Marques (PSD), presidiu a audição, e começou por dar as boas-vindas à entidade presente. Deu conta do mandato do objetivo da audição.

Depois, deu a palavra ao Deputado Maurício Marques (PSD) que apresentou o requerimento que serviu de base as audições.

De seguida, deu a palavra a palavra às entidades convidadas para uma intervenção.

**Síntese:** O Sr. Prof. António Jorge Monteiro realizou a sua intervenção, apoiando-se numa apresentação designada “Qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento”, que foi disponibilizada por via eletrónica aos Senhores Deputados e através da qual fundamentou em particular os seguinte pontos:

No que respeita aos objetivos estipulados no PEAASAR 2007-2013, e de acordo com os dados mais recentes (ERSAR), em termos de abastecimento de água já se ultrapassou a meta de 95% fixada em termos de cobertura do país com sistemas públicos de AA. Em termos de águas residuais, a meta de 90% não será alcançada; eventualmente poderá ser possível chegar aos 80%.

Nos sistemas de saneamento, em particular nas zonas rurais, muitas vezes as soluções

mais indicadas são descentralizadas (soluções individuais). Relativamente aos sistemas existentes, só valerá a pena substituí-los por sistemas de maior dimensão se efetivamente estes constituírem um problema ambientais ou de saúde pública.

Verificou-se nos últimos anos uma sensível melhoria na qualidade da água mas, fora das áreas concessionadas, os níveis de perdas e afluências indevidas são ainda muito elevadas.

Necessário reduzir a disparidade de tarifários nos vários pontos do País de forma a permitir preços adequados no interior. O preço do serviço em zonas dispersas do interior mesmo assente em projetos tecnicamente adequados pode ser várias vezes superior ao preço do litoral sendo necessário encontrar soluções para atenuar esta disparidade.

O redesenho dos S.M.M pode trazer vantagens de economia de escala, gama e processo e facilitar uma tarifa mais adequada no interior sem penalizar o litoral.

O fundo de equilíbrio tarifário como não obriga a economias de escala pode perpetuar ineficiência.

Com os atuais níveis de atendimento em AA e AR já alcançados a prioridade deve ser agora dar ao cumprimento da legislação dos planos de Bacia Hidrográfica.

Necessário melhorar a gestão de ativos, conseguindo em particular maior eficiência na redução de perdas e afluências indevidas assim uma maior eficiência energética.

**Intervenções:** O Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS), colocou diversas questões relativamente a coberturas dos custos do serviço; revisão do PEAASAR II; reutilização das águas residuais; o plano nacional para o uso eficiente da água; a privatização da AdP;

O Senhor Deputado Maurício Marques (PSD) colocou diversas questões relativamente a investimentos em alta realizados nos últimos anos; disparidade dos tarifários; solução para o nível de perdas; custos das entidades concessionadas; existência de municípios com dois sistemas;

O Senhor Deputado Artur Rego (CDS-PP) colocou diversas questões relativamente a número de entidades gestoras do sistema; tarifas sociais; diferenciação de consumos; a criação ou não de empresas de gestão, absorvendo os municípios de menor dimensão; sobredimensionamento no Algarve dos sistemas em função da época de verão;

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) colocou diversas questões relativamente a fundos comunitários; existência de um Fundo de Equilíbrio Tarifário (FETA); tarifas sociais; alterações a atual legislação; privatização do Grupo Águas de Portugal;

O Sr. Prof. António Jorge Monteiro usou da palavra para responder as diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Marques, encerrou posteriormente os trabalhos, agradecendo as informações, documentação entregue e esclarecimentos prestados pelos convidados, bem como as questões colocadas pelos senhores Deputados.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

Link: [20111012](#)

**(Arquivo/comissões/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/20111012)**

**Data: 18 de outubro de 2011**

## **Relatório de Audição**

---

**Entidade:** **Águas de Portugal, S.A.**

Eng.º Pedro Serra, Presidente do C.A. das AdP e o Dr. Justino Carlos, Vogal do C.A.

**Recebida por:** Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

**Assunto:** “Qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento”

### **Intervenção**

**Inicial:** O Sr. Presidente da Comissão Deputado Ramos Preto (PS) começou por dar as boas-vindas aos elementos da entidade presente. Deu conta do objetivo da audição.

De seguida, deu a palavra ao Deputado António Leitão Amaro (PSD) que apresentou o requerimento que serviu de base as audições,

Depois deu a palavra a palavra à entidade convidada para uma intervenção.

**Síntese:** O Sr. Eng.º Pedro Serra realizou a sua intervenção, apoiando-se numa apresentação, que foi disponibilizada por via eletrónica aos Senhores Deputados e através da qual fundamentou em particular os seguinte pontos:

O setor de abastecimento de água e tratamento de águas residuais é um monopólio natural que dificilmente pode ser abandonado. Estamos num setor de capital intensivo onde só o grupo águas de Portugal investiu nos últimos 15 anos cerca de 6.500 milhões de euros.

A Águas de Portugal são um grupo da maior relevância a nível nacional, tem cerca de 7.000 milhões de euros de ativos, e à cuja sustentabilidade deve ser atribuída a maior importância pelas autoridades nacionais e todo o setor político.

As entidades gestoras neste setor são predominantemente públicas, seja através do grupo AdP nos sistemas multimunicipais seja através das autarquias locais na gestão

das redes de baixas.

O setor debate-se com 3 problemas fundamentais:

- Falta de eficiência - existência de inúmeros operadores que devido à falta de escala em nenhuma circunstância poderão vir a ser eficientes;
- Falta de sustentabilidade – muitos operadores não recuperam os custos através das receitas;
- Falta de financiamento – falta de disponibilidade para investimentos de grande dimensão que por vezes não garantem o retorno, agravados pelo atual contexto financeiro.

A reforma de 1993 alterou de facto o panorama do abastecimento de água e tratamento de águas residuais. Verificou-se uma abertura ao setor privado e uma empresarialização através de concessões e conduziu também à separação da alta e da baixa com vantagens e inconvenientes. Assentou contudo investimentos muito pesados que hoje comprometem por vezes a sustentabilidade de alguns sistemas multimunicipais.

Em matéria de tarifas verificamos que é nas autarquias com FEF per capita mais elevado que a recuperação de custos é menor obrigando a grande subsidiação. Na situação atual temos por um lado autarquias muito populosas do litoral, que em 1993 já tinham rede de baixa e recuperavam os custos, e que com esta reforma viram as suas condições de serviço substancialmente melhoradas pelos sistemas multimunicipais que foram criados. Temos por outro lado um vasto conjunto de municípios do interior, de população rural e dispersa, onde a rede em baixa não tem suficiente extensão e se apresenta na maioria dos casos degradada, em que não existe capacidade técnica suficiente e também não podem ter recurso à privatização pois as tarifas resultantes seriam completamente desproporcionadas.

Existe pois um enorme problema de sustentabilidade no setor onde se verifica um défice anual de recuperação de custos de cerca de 700 milhões de euros/ano. Nos sistemas municipais a tarifa média é de cerca de 1,5€, a tarifa necessária seria na ordem de 3€ a 4€ por m<sup>3</sup>. Cerca de 700 milhões de euros que não são pois cobrados e são suportados pelos orçamentos municipais, hoje com sérios problemas de financiamento.

Registam-se situações absurdas de municípios em que o preço de fornecimento pelo sistema multimunicipal corrigido pelo efeito das perdas poderia atingir cerca de 1€ e que cobram cerca de 0,30cts ao consumidor final.

No grupo águas de Portugal a situação é também muito diferenciada desde empresas que prestam serviço a mais de 2 milhões de habitantes e outras a cerca de 130.000. A extensão pelo Estado dos sistemas multimunicipais ao interior foi perfeitamente justificável pelo tratamento equitativo que deve ser prestado a todos os cidadãos e porque o país tem que cumprir os compromissos assumidos com a comunidade europeia, para os quais recebe importantes montantes de fundos.

Verifica-se efetivamente algum sobredimensionamento mas devido fundamentalmente ao facto de as autarquias não terem investido na rede em baixa e utilizarem portanto apenas uma parte da capacidade que foi instalada. Os sistemas de alta têm também que produzir para suprir as perdas das redes de baixa e estão dimensionados para esse efeito.

No grupo Águas de Portugal regista-se uma importante dívida das autarquias, cerca de 400 milhões de euros. O grupo regista igualmente um défice tarifário de cerca de 310 milhões de euros. Verifica-se também uma diferença de tarifas significativas no grupo com 0.34cts nas Águas do Douro e Paiva, 0.65cts na Águas de Trás os Montes para o setor da água enquanto para o setor do saneamento temos 0.27cts na Sanest e 0.64cts na Águas de Trás os Montes e Alto Douro.

Seis dos sistemas multimunicipais num conjunto de trinta e dois apresentam problemas de sustentabilidade (Zêzere e Côa, Águas de Trás os Montes e Alto Douro, Norte Alentejano, Águas do Centro, Centro Alentejo e Simlis). O grupo é pois sustentável sendo no entanto necessário adotar soluções como a fusão de empresas, extensão dos contratos de concessão e mesmo a reformulação dos modelos de negócio atualmente aplicados. No entanto a recuperação dos sistemas multimunicipais apenas terá sucesso se a jusante se garantir que existe uma recuperação de custos nos sistemas em baixa.

O elevado montante de dívidas das autarquias pode por em causa a sustentabilidade do grupo. A dívida do grupo é importante mas é sobretudo a médio e longo prazo (cerca de 2.300 milhões de euros a médio e longo prazo). O grupo AdP tem vivido equilibrado não tendo até à data recebido qualquer indemnização compensatória ou transferência do orçamento geral do estado. Em 2008 apresentou 63 milhões de resultados positivos,

em 2009 65 milhões positivos e em 2010 cerca de 79,5 milhões. No primeiro trimestre deste ano regista 49 milhões de euros e portanto o grupo deve ser considerado como sustentável.

**Intervenções:** O Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) colocou diversas questões relativamente a metas do PEASAR II; sustentabilidade da AdP: dívidas das Autarquias, défice e disparidade de tarifas, soluções locais; privatização da AdP: ganhos e salvaguardas do interesse público; garantia da EPAL a empréstimos contraídos pela AdP.

O Senhor Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP), colocou diversas questões relativamente a reorganização da AdP; empresas do grupo AdP em falência técnica; dívidas das Autarquias: medidas tomadas pela AdP; papel da ERSAR.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), colocou diversas questões relativamente a privatização da AdP: necessidade para a sustentabilidade do setor da água.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) colocou diversas questões relativamente a recursos hídricos: propriedade do Estado; fusões de sistemas do Litoral com o Interior; vantagens e desvantagens do sistema público ou privado de águas; demissão do C.A. da AdP.

O Sr. Eng.º Pedro Serra usou da palavra para responder as diversas entidades, através dos respetivos representantes, para responder às diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes.

O Presidente da Comissão, Deputado Ramos Preto (PS) encerrou posteriormente os trabalhos, agradecendo as informações, documentação entregue e esclarecimentos prestados pelos convidados, bem como as questões colocadas pelos senhores Deputados Presentes.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

Link: [20111018](#)

**(Arquivo/comissões/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/20111018)**

**Data: 25 de outubro de 2011**

## **Relatório de Audição**

---

**Entidade:** Instituto da Água (INAG)

Eng.º Orlando Borges, Presidente

**Recebida por:** Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

**Assunto:** “Qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento”

### **Intervenção**

**Inicial:** O Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Marques (PSD), presidiu a audição e começou por dar as boas-vindas ao residente da entidade presente. Deu conta do objetivo da audição.

Depois, deu a palavra ao Deputado Mário Magalhães (PSD) que apresentou o requerimento que serviu de base as audições. Entrevi também o Deputado Altino Bessa (CDS-PP),

De seguida, deu a palavra a palavra ao Presidente da entidade convidada para uma intervenção.

**Síntese:** O Sr. Eng.º Orlando Borges fez uma apresentação que foi disponibilizada aos senhores Deputados e através da qual fundamentou a sua intervenção.

Após informar os Srs. Deputados das competências do INAG, apresentou o panorama atual dos níveis de cobertura dos sistemas públicos em Portugal:

- na água atingem 97% da população – supera a meta de 95% do PEAASAR II;
- no saneamento: 81% da população com sistemas de drenagem – distante da meta de 90% do PEAASAR II.

Mas existem valores, ao nível regional e concelhio, que estão claramente abaixo da média nacional e das metas estabelecidas no PEAASAR II. Pelo que, os novos

investimentos vão ter que ser dirigidos para corrigir estas discrepâncias, em detrimento de investimentos globais que até podem ultrapassar as metas estabelecidas.

O interveniente chamou a atenção que considera ser economicamente vantajoso, nem sempre ter sistemas públicos ligados porque a análise custo – benefício desses sistemas são altos e, em alguns casos, vale a pena apostar em soluções individuais.

As perdas em Portugal tiveram uma evolução francamente positiva, tendo ocorrido uma evolução de 40% para 25% em 2009. Os motivos que levaram a esta evolução foram: a introdução do valor económico da água e um maior profissionalismo na gestão.

Portugal tem de cumprir, também, as diretivas comunitárias e obrigações ao nível comunitário, o que obriga a fazer investimentos.

Sendo o INAG o organismo intermédio no âmbito do POVT/QREN tem feito exigências aos promotores de ordem vária, como seja a ligação “alta”/“baixa”. Acresce que grande parte dos investimentos aprovados são para o tratamento de águas residuais.

Verifica-se, a nível nacional, que o proveito é inferior ao custo de serviço. Relativamente ao nível de recuperação dos custos, há a recuperação de 2/3 dos custos através do pagamento direto dos utilizadores. Para recuperar os custos faltam 510 milhões de euros por ano. Verifica-se, ainda, uma disparidade tarifária grande.

Como conclusões, o interveniente aponta:

- a revisão do PEAASAR II;
- redirecionar os investimentos no âmbito do cumprimento das diretivas comunitárias;
- independentemente do modelo de gestão, não é recomendável, ao nível nacional, a uniformidade do ponto de vista tarifário. Devemos caminhar para uma harmonização;
- a sustentabilidade dos sistemas, não se deve só concentrar nas tarifas, mas sim:

- na otimização dos custos;
- na procura da dimensão ótima dos sistemas, face às economias de escala;
- no modelo financeiro;
- no conhecimento das necessidades reais das populações.

**Intervenções:** O Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) colocou diversas questões relativamente a: revisão do PEAASAR II; preço e custo da água; Plano para o uso eficiente da água; privatização da AdP.

O Senhor Deputado Renato Sampaio (PS), colocou diversas questões relativamente a: perdas; pagamento versus taxa de disponibilidade de contadores.

O Senhor Deputado Maurício Marques (PSD) colocou diversas questões relativamente a: eficácia do setor; cumprimento das diretivas europeias; custos; redimensionamento dos sistemas; administração e regulação da água; segurança de barragens.

O Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) colocou diversas questões relativamente a: medidas para a sustentabilidade; disparidade de tarifas; sobredimensionamento de sistemas; decide tarifário; dívidas das autarquias.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) colocou diversas questões relativamente a: reestruturação do MAMAOT; acessibilidade à água versus sustentabilidade; privatização da AdP.

O Sr. Eng.º Orlando Borges usou da palavra para responder às diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Marques (PSD), encerrou posteriormente os trabalhos, agradecendo as informações, documentação entregue e esclarecimentos prestados pelos convidados, bem como as questões colocadas pelos senhores Deputados Presentes.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

Link: [20111025](#)

**(Arquivo/comissões/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/20111025)**

**Data: 25 de outubro de 2011**

**Relatório de Audição**

---

**Entidade:** Conselho Nacional da Água (CNA)

Eng.º António Leitão, secretário-geral, e Eng. Francisco Godinho adjunto do secretário-geral

**Recebida por:** Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

**Assunto:** “Sobre a qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento”

**Intervenção**

**Inicial:**

O Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Marques (PSD), presidiu a audição e começou por dar as boas-vindas ao residente da entidade presente, dando de seguida informação do objetivo da audição.

Depois, deu a palavra ao Deputado Maurício Marques (PSD) que apresentou o requerimento que serviu de base as audições.

Entreviu ainda o deputado Pedro Farmhouse (PS) e o deputado Altino Bessa (CDS-PP).

De seguida, o Sr. Presidente, deu a palavra a palavra ao representante de entidade convidada para uma intervenção

**Síntese:** O Sr. Eng.º António Leitão efetuou a sua intervenção dividida em 3 partes distintas.

Na primeira apresentou uma breve introdução sobre o que é o CNA, sendo que o mesmo se trata de um órgão independente de consulta do Governo Português no domínio do planeamento e gestão sustentável da água. Criado em 1994, nele estão representadas a Administração Pública e as organizações profissionais e económicas de âmbito mais representativas do sector.

Na segunda parte efetuou uma breve referência à interferência que o CNA teve na matéria desta audiência. Em 2000, o CNA fez recomendações relativamente ao PEAASAR I (2000-2006), mas o mesmo não foi objeto de uma avaliação formal nem consequente parecer. Em 2006, o CNA debruçou-se sobre o PEAASAR II (2007-2013) e fez uma reavaliação do primeiro PEASSAR. Em Junho do mesmo ano, foi realizada uma apreciação pelo grupo de trabalho do CNA que deu origem a um parecer do CNA sobre o PEAASAR II. Numa terceira e última vez, o CNA, com base num relatório de acompanhamento do Plano, realizou uma reunião plenária onde foram apresentadas diversas avaliações intercalares, relativamente à execução do PEAASAR II, efetuadas pela ERSAR, pelo grupo Águas de Portugal e pela AEPSA. Nessa mesma reunião, foi, ainda, efetuada uma intervenção em nome da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Depois de 2010, o CNA voltou a abordar a questão do PEAASAR II, no âmbito de reuniões restritas que agora foram efetuadas depois de terem sido convocados para esta audiência.

Por último, o representante do CNA apresentou sete questões, que o CNA considera principais, sobre o assunto em audiência:

- Manutenção e a melhoria da qualidade de serviço, sobretudo nos sistemas “em baixa”;
- A questão do procedimento do PEAASAR II, para complemento e otimização dos sistemas;
- Necessidade de atualização e harmonização tarifária;
- A racionalização quer dos sistemas de titularidade estatal “em alta”, quer dos sistemas de titularidade municipal “em baixa”;
- A questão da sustentabilidade económica e financeira dos sistemas e dos serviços;
- O necessário aumento de eficiência dos sistemas e dos serviços e
- Uma possível privatização dos serviços.

**Intervenções:** O Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS), colocou diversas questões relativamente à revisão do PEAASAR II; à harmonização tarifária; à privatização do sector; à reestruturação dos serviços do MAMAOT.

O Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD) colocou diversas questões relativamente ao PEAASAR II; à atualização/harmonização tarifária; à

reorganização dos serviços; à sustentabilidade.

A Senhora Deputada Margarida Neto (CDS-PP) colocou diversas questões relativamente ao défice tarifário; à recuperação da sustentabilidade; ao modelo de reestruturação do sector; reorganização dos serviços do MAMAOT; riscos de cheias.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) colocou diversas questões relativamente às tarifas e acessibilidade dos cidadãos à água; à sustentabilidade do sistema; à privatização da AdP; à reestruturação do MAMAOT.

O Sr. Eng.º António Leitão usou da palavra para responder às diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes.

O Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Marques (PSD), encerrou posteriormente os trabalhos, agradecendo as informações, documentação entregue e esclarecimentos prestados pelos convidados, bem como as questões colocadas pelos senhores Deputados Presentes.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

Link: [20111025](#)

**(Arquivo/comissões/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/20111025)**

**Data: 2 de Novembro de 2011**

## **Relatório de Audição**

---

**Entidade:** Eng.º José Veiga Frade, Diretor Adjunto e chefe da Divisão de Água e Proteção do Ambiente do BEI.

**Recebida por:** Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

**Assunto:** “Qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento”

### **Intervenção**

**Inicial:** O Sr. Presidente da Comissão Deputado Ramos Preto (PS) começou por dar as boas-vindas ao convidado Eng. José Veiga Frade. Deu conta do objetivo da audição no seguimento de requerimento do PSD. Depois deu a palavra ao convidado para uma intervenção

**Síntese:** O Sr. Eng.º José Veiga Frade iniciou a sua intervenção sob o aspeto da sustentabilidade económica, social, ambiental e financeira do setor, realçando que é necessário assegurar todas essas vertentes: assegurar só uma delas leva a que um investimento deixe, na totalidade, de ser sustentável. Realçou, também, que estas vertentes estão em conflito e é necessário conciliá-las para garantir um equilíbrio.

Relativamente ao atendimento, frisou que há uma população em Portugal que, ainda, não está servida com uma rede pública como deveria estar, mas é preciso investir. Esse investimento é cada vez mais caro (zonas remotas e densidade escassa) e o problema da sustentabilidade económico-financeiro é determinante.

O interveniente abordou a teoria dos 3 T's (Taxas/impostos, Transferências/fundos europeus e Tarifas) que compõem as receitas. Transmitiu que Portugal foi muito eficaz na absorção de fundos comunitários, de onde vieram 2/3 do capital investido. O restante 1/3 foi, grande parte, composto por empréstimos ao Banco Europeu de Investimento (BEI). Ou seja, o País foi muito

eficiente em absorver recursos financeiros baratos ou a custo zero, para desenvolver o setor. Tratando-se de um setor que foi altamente subsidiado, o recurso à tarifa não devia ser difícil.

Note-se que 2 T's estão esgotados: não se consegue ir buscar mais impostos para este setor, que concorre com a saúde, educação, etc. Em termos de transferências o País está em concorrência com outros, por exemplo: os países de leste. Pelo que só restam as tarifas.

A acessibilidade às tarifas é muito importante: realçou que a maioria da população portuguesa tem capacidade para pagar maiores tarifas, sendo que o problema em pagar só ocorre para uma minoria. Problema esse que tem de ser resolvido. Ou seja, não pode deixar de existir solução por causa de uma minoria.

Referiu-se à variação tarifária a nível nacional, tendo por base um estudo da APDA.

Como a água é um bem social/económico/político e, muitas vezes, é refém de uma interpretação errada da sustentabilidade económica, faz com que as tarifas, a nível mundial, estejam abaixo do necessário.

A fragmentação do setor é um problema para a capacidade de realização e operação, porque impede economias de escala.

Os problemas que existem no setor, são:

- Sobredimensionamento de algumas infraestruturas;
- Implementação a 2 tempos: “alta” e depois “baixa”;
- Mobilização dos contratos de concessão;
- Preço de venda ao utente inferior aos concessionados;
- Papel incipiente do setor privado na competitividade do setor.

Como questões mais importantes, realçou:

- 1) Eficiência: institucional (fundir empresas/verticalização); de gestão (o monopólio das infraestruturas é um incentivo à ineficiência); dos sistemas (controlo de perdas) e do consumo (importância do “Plano Nacional do uso eficiente da Água”);
- 2) Tarifário: para resolver o problema do défice e da dívida;

3) Risco do setor: existência de regulador; quadro legal; risco político.

Concluiu, transmitindo que não há reforma viável sem compromisso e consenso político, a nível do poder central e local.

**Intervenções:** O Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS), colocou diversas questões relativamente a: privatização da AdP; harmonização tarifária; financiamento dos sistemas de água.

O Senhor Deputado Maurício Marques (PSD) colocou diversas questões relativamente a: eficiência do setor; diversidade do tarifário; situação financeira da AdP.

A Senhora Deputada Margarida Neto (CDS-PP) colocou diversas questões relativamente a: necessidades de investimento do setor.

O Senhor Deputado Artur Rego (CDS-PP) colocou diversas questões relativamente a: défice e diversidade do tarifário; implicações da gestão privada.

O Senhor Deputado Paulo Santos (PCP) colocou diversas questões relativamente a: água: bem público/bem social; tarifário: tarifa social; privatização dos serviços: critérios do BEI para financiamento.

O Sr. Eng.º José Veiga Frade usou da palavra para responder às diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes.

O Sr. Presidente da Comissão Deputado Ramos Preto (PS) encerrou posteriormente os trabalhos, agradecendo as informações, documentação entregue e esclarecimentos prestados pelo convidado, bem como as questões colocadas pelos senhores Deputados Presentes.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

Link: [20111102](#)

**(Arquivo/comissões/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/20111102)**

**Data: 2 de Novembro de 2011**

## **Relatório de Audição**

---

**Entidade:** Associação Nacional de Municípios (ANMP)

Eng.º Fernando Campos, Vice-presidente do Conselho Diretivo

**Recebida por:** Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

**Assunto:** “Qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento”

### **Intervenção**

**Inicial:** O Sr. Presidente da Comissão Deputado Ramos Preto (PS) começou por dar as boas-vindas às diversas entidades presentes. Deu conta e o objetivo da audição. De seguida, deu a palavra a palavra ao representante da entidade convidada para uma intervenção.

**Síntese:** O Presidente da Associação Nacional de Municípios, Sr. Eng.º Fernando Campos, efetuou uma apresentação através da qual fundamentou as seguintes ideias:

A Associação Nacional de Municípios participou ativamente na elaboração do PEASAR II, documento que subscreve. Os objetivos do PEASAR II são os objetivos da ANM. Contudo é ainda necessário efetuar investimentos muito elevados no setor.

É também necessário proceder à reestruturação do setor da água e do saneamento na medida em que há demasiados intervenientes, temos 269 operadores na alta e cerca de 400 na baixa. Esta situação não pode continuar assim. Houve investimentos muito fortes no interior que estão a penalizar as tarifas. É necessário uma solução que passe pela fusão de sistemas e remontagem e redesenho dos mesmos.

Apresentou como exemplo o caso da ATMAD em que o sistema foi dimensionado para 800.00 pessoas e tem apenas 400.00 utentes. Torna-se um ciclo vicioso, preços muito altos pelas empresas de alta originam dívidas das autarquias.

A Associação Nacional de Municípios não é favorável à privatização do grupo Águas de Portugal. Esta é a posição oficial da associação no entanto, apoia a entrada de privados para o setor.

Fundamental alterar a política tarifária. O anterior governo já tinha feito um enorme trabalho para a criação de um fundo tarifário, é necessário um mecanismo deste tipo para efetuar uma perequação, no entanto, segundo a ANM é imprescindível que este fundo seja estendido à baixa. A solução pode ser também prolongar os contratos de concessão das empresas do litoral e fundir com as do interior.

Temos a noção que a reestruturação do Grupo Águas de Portugal, (que deve manter a maioria do capital público), não será um processo fácil, mesmo a própria fusão dos sistemas municipais não é fácil na medida em que as empresas se encontram em estados muito diferentes umas pagam dividendos outras estão em falência técnica, umas já terminaram todos os investimentos do sistema multimunicipal enquanto outras estão no seu início.

A ANMP defende igualmente uma abertura gradual ao setor privado de forma controlada sem transferência de infraestruturas e sem competência dos municípios nestas áreas.

**Intervenções:** O Senhor Deputado Maurício Marques (PSD) colocou diversas questões relativamente a: dívidas das autarquias; disparidade de tarifas; segmentação do setor.

O Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS), colocou diversas questões relativamente a: défice tarifário/dívidas dos municípios; metas PEAASAR; sustentabilidade dos sistemas.

O Senhor Deputado Artur Rego (CDS-PP) colocou diversas questões relativamente a: correções de erros; défice e harmonização do tarifário; dívidas dos municípios.

O Sr. Eng.º Fernando Campos usou da palavra para responder às diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes.

## Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

O Sr. Presidente da Comissão Deputado Ramos Preto (PS) encerrou posteriormente os trabalhos, agradecendo as informações, documentação entregue e esclarecimentos prestados pelos convidados, bem como as questões colocadas pelos senhores Deputados Presentes.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

Link: [20111102](#)

**(Arquivo/comissões/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/20111102)**

**Data: 2 de Novembro de 2011**

**Relatório de Audição**

---

**Entidade:** Prof. Doutor Eng.º Joaquim Poças Martins, docente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

**Recebida por:** Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

**Assunto:** “Qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento”

**Intervenção**

**Inicial:** O Sr. Presidente da Comissão Deputado Ramos Preto (PS) começou por dar as boas-vindas ao convidado, deu conta do objetivo da audição. De seguida, deu a palavra a palavra às entidades convidadas para uma intervenção

**Síntese:** O Sr. Eng.º Joaquim Poças Martins fez uma apresentação sobre o título “Sustentabilidade do sector da Água em Portugal” que foi disponibilizada por via eletrónica aos senhores Deputados e através da qual fundamentou em particular os seguinte pontos:

O Plano Estratégico de Abastecimento e de Saneamento de Águas Residuais (PEASAR) definiu metas demasiado ambiciosas cuja implementação pode comprometer a sustentabilidade dos sistemas. Para algumas regiões do País em particular as de populações dispersas e do interior estas metas são totalmente desajustadas.

Parte da dívida do grupo Águas de Portugal é o resultado de políticas erradas, sendo que, das Câmaras com dívidas, algumas nunca terão recursos para as liquidar.

A evolução do défice tarifário contabilizado pela Adp é preocupante na medida em que parte resulta da contabilização de erros técnicos como consumo mínimo mal calculados.

O PEASAR ao criar obrigações de atingir as metas de 95 e 90% através de sistemas

públicos conduziu a políticas erradas. Em particular parte dos sistemas Multimunicipais das Águas de Portugal foram sobredimensionados, indevidamente estendidos ao interior e por vezes assentes em projetos técnicos pouco adequados aos locais de implementação.

Os contratos de concessão e de fornecimento apresentam hoje incumprimento importante de parte a parte.

No que se refere a conta média de Água e saneamento, verifica-se que nas Câmaras de grande dimensão o consumidor paga o dobro, quando comparada com uma Câmara de pequena dimensão, quando o custo de serviço é exatamente o oposto.

A tarifa necessária para recuperar custos pode variar conforme os sistemas entre 2 e 10 € (m3), problema que necessita soluções devidamente ponderadas, para as quais o caso da Comunidade Intermunicipal do Minho (CIM), poderá ser exemplo a seguir.

É muito importante que no modelo que se vier a ser escolhido o ciclo urbano da água fique sob a responsabilidade da mesma entidade: AA, AR, Águas Pluviais, Ribeiras e Praias.

As poupanças decorrentes da redução das perdas e outros desperdícios podem ser suficientes para “ pagar” o processo de gestão da mudança, rumo à sustentabilidade.

**Intervenções:** O Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS), colocou diversas questões relativamente a PEAASAR II: revisão das metas; redução de perdas nos sistemas de abastecimento: investimentos; défice tarifário: Fundo de Reequilíbrio Tarifário; agregação de empresas: articulação de sistemas em alta e baixa; privatização AdP.

O Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD) colocou diversas questões relativamente a revisão PEAASAR II; dívidas dos Municípios à AdP; défice e dispersão de tarifas; fusão de empresas para melhoria dos sistemas; eficiência nas perdas;

O Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) colocou diversas questões relativamente

a ERSAR: que papel futuro; défice tarifário acumulado nos últimos anos: tarifa única ou por regiões/tarifa social; sobredimensionamento dos sistemas em alta; revisão das metas do PEAASAR II.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) colocou diversas questões relativamente a acessibilidade dos cidadãos aos serviços de água versus uniformização tarifária; sobredimensionamento dos sistemas; privatização AdP; a sustentabilidade do sector.

O Senhor Deputado Ramos Preto (PS) colocou diversas questões relativamente a aposta na eficiência dos sistemas como caminho para a sustentabilidade do sector.

O Sr. Prof. Eng.º Joaquim Poças Martins usou da palavra para responder as diversas entidades, através dos respetivos representantes, usaram da palavra para responder às diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes.

O Sr. Presidente da Comissão Deputado Ramos Preto (PS) encerrou posteriormente os trabalhos, agradecendo as informações, documentação entregue e esclarecimentos prestados pelos convidados, bem como as questões colocadas pelos senhores Deputados Presentes.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

Link: [20111102](#)

**(Arquivo/comissões/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/20111102)**

**Data: 8 de Novembro de 2011**

**Relatório de Audição**

---

**Entidade:** Dr.ª **Catarina Albuquerque**, Relatora Especial das Nações Unidas para o Direito Humano à Água

**Recebida por:** Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

**Assunto:** “Qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento”

**Intervenção**

**Inicial:** O Sr. Presidente da Comissão Deputado Ramos Preto (PS) começou por dar as boas-vindas às diversas entidades presentes. Deu conta do objetivo da audição. De seguida, deu a palavra a palavra á convidada para uma intervenção

**Síntese:** A Sra. Dr.ª Catarina Albuquerque apresentou um relatório, no Conselho dos Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas (NU) sobre esta temática, que foi distribuído e disponibilizado por via eletrónica aos senhores Deputados.

Inicialmente, a interveniente explicou aos senhores Deputados em que consiste o seu mandato, dizendo que o mesmo se trata de um sistema de procedimento especial. Ou seja, é um sistema de pessoas/peritos independentes, eleitos pelo CDH das NU, que têm como missão verificar a forma como um determinado direito humano está, ou não, a ser cumprido nos diversos países do mundo.

Mais informou que os temas da água e do saneamento são novos na área dos direitos humanos. Só em 2008, é que o CDH das NU e a Assembleia Geral (AG) das NU começaram a olhar para a água e para o saneamento como uma questão de direitos humanos.

O direito humano à água e saneamento, foi explicitamente reconhecido pela AG das NU a 28 de julho de 2010. Em setembro de 2010, o CDH aprovou nova resolução a reafirmar a resolução da AG das NU e aprovou, por consenso, a resolução que vem reafirmar o direito humano à água e saneamento.

Seguidamente a interveniente, enumerou os aspetos/requisitos associados ao

direito humano à água e saneamento:

- A disponibilidade - a água tem de estar continuamente disponível, numa quantidade suficiente para satisfazer as necessidades pessoais e domésticas das pessoas. Pelo que, os Estados devem dar prioridade à água para uso pessoal e doméstico sobre os usos turístico, industrial, agrícola, etc. O saneamento tem de apresentar soluções sanitárias que garantam a separação dos dejetos humanos de contato por parte dos seres humanos ou por parte de insetos ou animais;
- A qualidade e segurança;
- A aceitabilidade – aplica-se mais ao saneamento e quer dizer que as instalações sanitárias devem, por exemplo, ser construídas de forma a garantir privacidade ou, por exemplo, em escolas ou locais públicos assegurar que as instalações são separadas para homens e para mulheres;
- A acessibilidade física – o direito humano não impõe que a solução de água e saneamento esteja dentro de casa das pessoas, porque muitas vezes os países não têm recursos financeiros para tal, mas pelo menos tem de haver água e saneamento perto de casa, sem colocar em causa a segurança das pessoas;
- A acessibilidade financeira – O direito humano à água e saneamento não impõe a gratuidade dos serviços, mas determina que os mesmos têm de ser financeiramente acessíveis, isto é, a conta que pagamos pela água e saneamento não pode pôr em causa o acesso a outros direitos humanos;
- Da não discriminação – ninguém pode ser excluído do acesso à água e saneamento;
- A participação – a participação das pessoas no desenho de políticas públicas;
- A responsabilização – os Estados devem criar mecanismos, a nível nacional, que permitam às pessoas reivindicar os seus direitos;
- A sustentabilidade – o regime jurídico diz que o direito humano à água e saneamento tem de ser realizado de forma progressiva, isto é, os Estados

têm de adotar medidas deliberadas com vista à realização progressiva do direito.

Relativamente à participação do setor privado nos serviços de água e saneamento, a interveniente considera que a participação do mesmo não viola os direitos humanos. Os direitos humanos são neutros quanto à forma de prestação do serviço. Contudo os direitos humanos impõem uma série de critérios/pré-requisitos que têm de ser cumpridos com vista a garantir que, em caso de participação do setor privado, o direito humano à água e saneamento não é ameaçado.

**Intervenções:** O Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS), colocou diversas questões relativamente a preços/financiamento dos sistemas versus direito à acessibilidade à água e não discriminação; revisão de metas do PEAASAR II.

O Senhor Deputado Maurício Marques (PSD) colocou diversas questões relativamente a sustentabilidade dos sistemas versus garantia do direito de acessibilidade à água; experiência da Perita Independente sobre sistemas públicos e privados.

O Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD) colocou diversas questões relativamente ao custo da água; responsabilidade do prestador de serviços; regulador; eficiência versus sustentabilidade.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) colocou diversas questões relativamente aos à água e saneamento; condições sanitárias mínimas; metas PEAASAR II; intervenção dos privados.

O Senhor Deputado Paula Santos (PCP) colocou diversas questões relativamente direito humano à água e saneamento; privatização; tarifas.

O Senhor Deputado Ramos Preto (PS) colocou diversas questões relativamente ao problema da água face às alterações climáticas: medidas de adaptação, a discriminação; a acessibilidade física e o debate na COP17 em Durban – África do Sul.

A Sra. Dr.ª Catarina Albuquerque usou da palavra para responder às diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes.

O Sr. Presidente da Comissão Deputado Ramos Preto (PS) encerrou posteriormente os trabalhos, agradecendo as informações, documentação entregue e esclarecimentos prestados pelos convidados, bem como as questões colocadas pelos senhores Deputados Presentes.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

Link: [20111108](#)

**(Arquivo/comissões/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/20111108)**

**Data: 8 de Novembro de 2011**

## **Relatório de Audição**

---

**Entidade:** Associação Portuguesa das Empresas do Setor do Ambiente (AEPSA)

Eng.º Paulo Pinheiro, Presidente

**Recebida por:** Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

**Assunto:** “Qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento”

### **Intervenção**

**Inicial:** O Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Marques (PSD), presidiu a audição e começou por dar as boas-vindas ao representante da entidade presente, dando de seguida informação do objetivo da audição. E de seguida deu a palavra a este para a sua intervenção.

**Síntese:** O Sr. Eng.º Paulo Pinheiro efetuou a sua intervenção dividida em 4 partes distintas:

#### 1 – Fatores geradores do insucesso

- O modelo: a separação alta/baixa gera ineficiências e sobrecustos; as estruturas tarifárias são pouco transparentes e as diferenças entre municípios são incompreensíveis; a sustentabilidade está longe de ser alcançada;
- A falta de planeamento: falta um plano diretor a nível nacional;
- Múltiplos papéis do Estado: o Estado não consegue assumir um papel estratégico para o setor devido a posições incompatíveis;
- Múltiplos papéis das Autarquias: têm interesses próprios e antagónicos;
- Relação Estado / Autarquias;
- Pressupostos dos modelos: foram utilizados pressupostos otimistas e desajustados da realidade (crescimento populacional e dos consumos, investimentos subavaliados, pagamentos de consumos mínimos, etc.); fala-se da fusão dos sistemas de alta, mas como será a relação alta/baixa?
- Fundos comunitários: criaram de forma simplista a “alta”; temos capacidades excedentárias “em alta” em zonas sem abastecimento “em baixa”;

- Distanciamento entre as necessidades da população e critérios de investimento do Estado: esquecimento de soluções alternativas, como por ex: as soluções autónomas;
- Falta de concorrência no Setor: não permite aferir os custos reais de operação, sendo potenciadora de ineficiências.

## 2 – O que tem de mudar

- O papel do Estado: não pode ser concedente, fiscalizador e gestor das suas concessões;
- O papel das autarquias: não têm dimensão para gerar eficiências / economias de escala;
- Tarifários: é preciso que a tarifa reflita todos os custos de toda a cadeia de valor “alta” e “baixa”;
- Modelo de gestão: a operação da “alta” e da “baixa” deve ser conjunta, ou seja, verticalizada;
- Plano estratégico: falta capacidade de implementação dos Planos Estratégicos existentes (PEAASAR II).

## 3 – O que fazer para encontrar soluções

- A AdP deve ser focada como entidade gestora de ativos: o Estado assume vários papéis (estratega, regulador, fiscalizador, proprietário de ativos e concedente) menos o de operador;
- Verticalização e dimensão dos sistemas: fundir sistemas vizinhos (água/saneamento) e promover a agregação dos sistemas municipais “em baixa”;
- Integração: o Estado assume a integração das baixas municipais nos sistemas regionais;
- Criação de sistemas regionais: novos sistemas que integrem: alta e baixa, água e saneamento, regiões do litoral com regiões do interior;
- Planeamento: definir de forma clara os investimentos;
- Concessão dos sistemas regionais verticalizados: através de concursos públicos transferir para os privados a sua operação;
- Racionalização do setor e a intervenção da competitividade;

- Preço da água e tarifários justos e transparentes: os preços devem estar contidos numa banda e ser socialmente comportáveis e economicamente sustentáveis.

#### 4 – Vantagens e requisitos para a implementação do novo modelo

##### Vantagens:

- Promove a racionalização estrutural deste setor;
- Reduz o peso do Estado no setor;
- Reduz o risco de cobrança;
- Cria uma nova AdP de menor dimensão (os funcionários são transferidos para os privados concessionários);
- Assegura o aproveitamento de fundos comunitários e a componente não comparticipada é alocada pelos privados concessionários;
- Permite conhecer o custo real da água;
- Permite criar uma banda de tarifas racional, reduzindo as disparidades atuais;
- Retira aos municípios o processo de fixação dos preços aos clientes finais;

##### Requisitos:

- Ajustar a legislação;
- Reforçar os poderes e independência do Regulador;
- Diálogo Estado /Autarquias.

**Intervenções:** O Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD), colocou diversas questões relativamente à garantia de eficiência da gestão dos privados; garantia de acesso universal à água; ERSAR; Planeamento quanto ao futuro; Revisão do PEAASAR II; Financiamento dos investimentos previstos.

O Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) colocou diversas questões relativamente ao PEASSAR II; qual o papel das autarquias; Tarifário Banda versus FET; Financiamento os investimentos; ERSAR Reforço de Poderes, Combates de perdas na rede; Aguas Residuais.

O Senhor Deputado Artur Rego (CDS-PP) colocou diversas questões relativamente à alteração das competências no setor das autarquias para as regiões; gestão privada; garantia do acesso universal à água; criação de uma tarifa social.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) começou por realçar a posição do PCP quanto ao papel do Estado no setor; questionou depois relativamente ao princípio do utilizador-pagador; garantia de acesso a água.

O Sr. Eng.º Paulo Pinheiro usou da palavra para responder as diversas entidades, através dos respetivos representantes, usaram da palavra para responder às diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes.

O Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Marques (PSD) encerrou posteriormente os trabalhos, agradecendo as informações, documentação entregue e esclarecimentos prestados pelos convidados, bem como as questões colocadas pelos senhores Deputados Presentes.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

Link: [20111108](#)

**(Arquivo/comissões/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/20111108)**

**Data: 15 de Novembro de 2011**

**Relatório de Audição**

---

**Entidade:** Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH)

Eng.ª Alexandra Serra, Presidente do Conselho Diretivo, Eng. Eduarda Beja Neves,  
Dr. João Pato.

**Recebida por:** Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

**Assunto:** “Qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento”

**Intervenção**

**Inicial:** O Sr. Presidente da Comissão Deputado Ramos Preto (PS) começou por dar as boas-vindas às diversas entidades presentes. Deu conta do objetivo da audição. De seguida, deu a palavra a palavra á convidada para uma intervenção

**Síntese:** A Srª Engª Alexandra Serra fez uma apresentação que foi disponibilizada por via eletrónica aos senhores Deputados e através da qual fundamentou em particular os seguinte pontos:

Análise dos três vetores da sustentabilidade:

- Ambiental – foram atingidos níveis de atendimento significativos nos últimos anos, mas ainda faltam 800 milhões de euros em investimento até 2015; são ainda necessários investimentos importantes a realizar na baixa para garantir eficiência e extensão da cobertura dos serviços.
- Económica – nos sistemas municipais (SM) a sustentabilidade económica não está garantida: muitas autarquias praticam tarifas abaixo dos seus custos e não sabem o custo real dos serviços, o que é um incentivo à insustentabilidade; tarifas baixas ou nulas induzem os utilizadores a usar ineficientemente os sistemas, induzem a investimentos e manutenção adiados, induzem à deterioração dos serviços, etc.
- Social – verifica-se a existência de disparidades tarifárias e a falta de

recuperação de custos nos SM.

A solução passa pela prática de preços socialmente aceitáveis, que promovam a coesão nacional, e economicamente sustentáveis.

Consegue-se esta solução havendo: (1) maior recuperação de custos nos SM; (2) maior integração de sistemas - maiores economias de escala e harmonização tarifária; (3) maior eficiência - maior gestão empresarial dos sistemas, maior regulação e afastamento destes serviços da esfera política.

O Estado não deve apoiar os sistemas mas sim os indivíduos mais desfavorecidos.

Conclusões:

- Sem sustentabilidade social (tarifas adequadas às famílias), os outros vetores da sustentabilidade estão postos em causa;
- Sem sistemas tarifários, que atendam à capacidade para pagar de todas as camadas da população em cada região, não haverá sustentabilidade económica;
- Sem sustentabilidade económica, não haverá sustentabilidade ambiental.

**Intervenções:** O Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS), colocou diversas questões relativamente a revisão do PEAASAR II quanto a metas e financiamento; sistema de tarifário, défice, alta e baixa, litoral e interior; modelos de gestão, agrupar sistemas municipais e corrigir tarifário; gestão pública e privada; Diretiva Quadro da Água.

O Senhor Deputado Maurício Marques (PSD) colocou diversas questões relativamente ao défice das autarquias ao grupo AdP; Integração entre alta e baixa; divergência de tarifário no País; soluções para os Investimentos em baixa.

O Senhor Deputado Margarida Neto (CDS-PP) colocou diversas questões relativamente aos atrasos no cumprimento da diretiva qualidade da água; sustentabilidade dos serviços de água, tarifários; disparidade de tarifas; revisão do PEAASAR II; reestruturação do setor; privatização ou reforço da municipalização.

O Senhor Deputado Paula Santos (PCP) colocou diversas questões relativamente a reestruturação do ministério do ambiente; programa nacional do uso eficiente da água; ao acesso universal a água, no contexto social, e tarifário acessível; privatização das Aguas de Portugal.

O Srª Engª Alexandra Serra usou da palavra para responder as diversas entidades, através dos respetivos representantes, usaram da palavra para responder às diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes.

O Sr. Presidente da Comissão Deputado Ramos Preto (PS) encerrou posteriormente os trabalhos, agradecendo as informações, documentação entregue e esclarecimentos prestados pelos convidados, bem como as questões colocadas pelos senhores Deputados Presentes.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

Link: [20111115](#)

**(Arquivo/comissões/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/20111115)**

**Data: 15 de Novembro de 2011**

**Relatório de Audição**

---

**Entidade:** Parceria Portuguesa para a Água, PPA

Prof. Nunes Correia, Presidente

**Recebida por:** Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

**Assunto:** “Qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento”

**Intervenção**

**Inicial:** O Sr. Presidente da Comissão Deputado Ramos Preto (PS) começou por dar as boas-vindas às diversas entidades presentes. Deu conta do objetivo da audição. De seguida, deu a palavra a palavra á convidada para uma intervenção

**Síntese:** O Sr. Prof. Nunes Correia efetuou a sua intervenção baseada nos seguintes pontos:

Constatações:

- 1- Portugal alcançou resultados notáveis em poucos anos (aumento das taxas de atendimento, tratamento de águas residuais, aumento do controlo da qualidade, etc.);
- 2- Em profundas transformações estruturais e grandes investimentos há, necessariamente, desequilíbrios e matérias a corrigir;
- 3- O mérito dos progressos realizados em Portugal com tecnologia portuguesa, com entidades portuguesas e com especialistas portugueses são muito importantes para o sucesso das empresas portuguesas no estrangeiro;
- 4- O consenso político alargado contribuiu para os passos de gigante que o País deu;
- 5- A Águas de Portugal (AdP) e as empresas multimunicipais não são parte do problema, mas sim parte da solução. Elas foram essenciais para o progresso do setor e constituem um enorme projeto de coesão nacional. Permitiram: criar escala (técnica e de gestão), criar mecanismos para

absorver os fundos de uma forma estruturante e promover a dinamização do mercado.

Afirmações usuais que o interveniente corrige:

- *O sistema acumulou uma dívida incomportável e está à beira do colapso* - as dívidas não resultam de défices operacionais nem de má gestão. As empresas são autossuficientes, estão envolvidas num conjunto elevado de investimentos e pagam-se a si próprias. Os problemas que existem, dizem respeito a 5 ou 6 empresas, que correspondem a 5% da faturação da AdP;
- *A privatização é a solução* – existem muitos modelos de privatização, o PEAASAR prevê um. Mas antes é preciso resolver o problema, a privatização não é a solução! Os problemas da AdP e das multimunicipais têm uma componente autárquica fortíssima;
- *É preciso abrir o setor a privados* – o setor foi aberto aos privados em 1993 e cerca de 20% dos portugueses são abastecidos por privados. Devemos é perguntar porque não cresceu mais a componente privada;
- *A privatização é uma tendência inevitável e irreversível* – esta questão não é verdade, como demonstram os casos da Holanda, Alemanha, EUA, Canadá, etc. A privatização não é inevitável, mas sim um passo que se dá se houver boas condições e razões de interesse público;
- *O PEAASAR está ultrapassado e é imprescindível uma mudança no setor* – o que se deve fazer é adotar uma abordagem reformista e politicamente consensual, em vez de declarar rotura.

Exemplo de 10 medidas reformistas para resolver o problema sem provocar roturas:

1. A verticalização do setor – seguindo o exemplo da AdRA – Águas de Região de Aveiro;
2. A privatização do setor, segundo 2 eixos: a exploração, com pequenas extensões de investimento, e as componentes acessórias da AdP (privatizar o que não for verdadeiramente estruturante);
3. Prosseguir com fusões – o exemplo da Águas do Noroeste, que agregou

numa só 3 empresas multimunicipais. Mostrando que com as fusões há ganhos para todos;

4. Rever os prazos de concessão;
5. Rever alguns contratos de concessão;
6. Ajustar gradualmente os tarifários;
7. Rever o fundo de coesão municipal;
8. Repor a tarifa de referência para acesso a fundos comunitários;
9. Firmeza na cobrança das dívidas e novos mecanismos para essa cobrança;
10. Prosseguir a reforma iniciadas em 1993: concentração e escala; empresarialização; segmentação complementada com soluções de baixa; regulação; abertura gradual a privados com controlo público procurando desenvolver o tecido empresarial português.

**Intervenções:** O Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) colocou diversas questões relativamente à sustentabilidade do setor; correção do défice tarifário da AdP; endividamento das autarquias ao sector; disparidade dos tarifários; PEAASAR II, metas e valores de investimento.

O Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD) colocou diversas questões relativamente a falta de sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de águas no sector, alta e baixa e grupo águas de Portugal; falta de investimento em baixa; o falhanço dos últimos anos; PEAASAR II; modelo regulatório; e papel dos privados.

O Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS,) colocou diversas questões relativamente a dívida dos municípios a AdP; privatização em que condições; ao papel das autarquias; revisão do PEAASAR II; défice e disparidade de tarifários; ERSAR.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) colocou diversas questões relativamente o preço que considerado acessível especialmente a grupos sensíveis; futuro das alterações climáticas; privatização da AdP.

O Sr. Prof. Nunes Correia, usou da palavra para responder as diversas entidades, através dos respetivos representantes, usaram da palavra para responder às diversas questões colocadas pelos Senhores Deputados presentes.

O Sr. Presidente da Comissão Deputado Ramos Preto (PS) encerrou posteriormente os trabalhos, agradecendo as informações, documentação entregue e esclarecimentos prestados pelos convidados, bem como as questões colocadas pelos senhores Deputados Presentes.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante deste relatório.

Link: [20111115](#)

**(Arquivo/comissões/Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local/20111115)**

## **ANEXO B – APRESENTAÇÕES**

## **ANEXO C – ESTUDO COMPLEMENTAR**